

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

**CURSO DE DIREITO**

**FABIO FELISBERTO BATISTA**

**A (IM) POSSIBILIDADE DA CUMULAÇÃO DOS ADICIONAIS DE  
PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE UMA ANALISE DOUTRINARIA E  
JURISPRUDENCIAL NO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO  
E DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO NO PERIODO DE 2016 A 2018.**

**CRICIÚMA**

**2018**

**FABIO FELISBERTO BATISTA**

**A (IM) POSSIBILIDADE DA CUMULAÇÃO DOS ADICIONAIS DE  
PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE UMA ANALISE DOUTRINARIA E  
JURISPRUDENCIAL NO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO  
E DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO NO PERIODO DE 2016 A 2018.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado  
para obtenção do grau de Bacharel no curso de  
Direito da Universidade do Extremo Sul  
Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> M. <sup>a</sup> Márcia Andréia Schutz  
Lírio Piazza

**CRICIÚMA**

**2018**

**FABIO FELISBERTO BATISTA**

**A (IM) POSSIBILIDADE DA CUMULAÇÃO DOS ADICIONAIS DE  
PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE UMA ANALISE DOUTRINARIA E  
JURISPRUDENCIAL NO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO  
E DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO NO PERIODO DE 2016 A 2018.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado  
pela Banca Examinadora para obtenção do  
Grau de Bacharel, no Curso de Direito da  
Universidade do Extremo Sul Catarinense,  
UNESC, com Linha de Pesquisa em Ciências  
Sociais Aplicadas

Criciúma, 05 de novembro de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

Professora Márcia Andréia Schutz Lírio Piazza – Mestra  
Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC – Orientadora

Professora Raquel de Souza Felício – Mestra  
Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC – Membro

Professor Arlindo Roberto Voltolini Filho – Especialista  
Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC – Membro

**Dedico este trabalho a todos que contribuíram e que de alguma forma me incentivaram a seguir em frente e não desistir por mais que o caminho fosse tortuoso.**

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais por me ensinarem a nunca desistir, sempre presentes, com seus conselhos, afeto e amor incondicional.

À minha namorada Roberta que esteve ao meu lado todos estes anos de vida acadêmica, me apoiando, incentivando e sendo compreensiva.

Aos meus amigos, que tanto acreditam em mim e me apoiaram em todos os momentos, em especial Rafael e Helena.

À minha orientadora Marcia por compartilhar comigo seus conhecimentos e por tornar possível esta Monografia. Obrigado por sua paciência e compreensão.

À todas as pessoas que de alguma forma estiveram comigo durante essa jornada.

**“Arrisque-se! Toda vida é um risco. O homem que vai mais longe é geralmente aquele que está disposto a fazer e a ousar. O barco da 'segurança' nunca vai muito além da margem. ”**

**Dale Carnegie**

## RESUMO

O presente trabalho monográfico trata acerca da impossibilidade ou possibilidade da cumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade. Atualmente o entendimento majoritário no ordenamento jurídico brasileiro se dispõe no sentido de vedar essa cumulação. O trabalho em condições insalubres e perigosas expõe o empregado a uma situação de dano e risco à sua saúde e segurança, é por esta razão que são pagos os adicionais. Com o objetivo de analisar os pontos favoráveis e desfavoráveis a cumulação dos adicionais, será realizada pesquisa acerca da saúde e segurança no trabalho, desde seu aspecto histórico abordando as principais leis e normas e ainda seu amparo constitucional. Na sequência serão analisados os principais pontos acerca dos adicionais por meio de conceitos teóricos e por quais motivos os trabalhadores que laboram em situações duplamente qualificadas fazem jus ao recebimento cumulado dos adicionais. Por meio de estudo se constata que uma vez decorrentes de fatos distintos os adicionais devem ser cumulados, pois os mesmos tratam de uma necessidade do empregado que visam compensar social e economicamente o risco de vida a que se submete e sua exposição a agentes nocivos à saúde.

**Palavras-chave:** Insalubridade. Periculosidade. Cumulação.

## **ABSTRACT**

The present monographic work deals with the impossibility or possibility of cumulation of the additional ones of insalubrity and dangerousness. Currently the majority understanding in the Brazilian legal system is designed to prevent this cumulation. Work in unhealthy and dangerous conditions exposes the employee to a situation of damage and risk to their health and safety, which is why the additional costs are paid. With the purpose of analyzing the favorable and unfavorable points of cumulation of the additional, research will be carried out on health and safety at work, from its historical aspect addressing the main laws and normal and also its constitutional protection. In the sequence, the main points about the additional ones will be analyzed by means of theoretical concepts and for which reason the workers who work in doubly qualified situations are entitled to the accumulated receipt of the additional ones. By means of a study it is verified that once they arise from different facts the additional ones must be cumulated, since they deal with an employee need that aim at compensating socially and economically the life risk to which it is submitted and its exposure to agents harmful to health.

**Keywords:** Unhealthiness. Hazard. Cumulation.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ART – Artigo

CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

DH – Direitos Humanos

EPI – Equipamento de Proteção Individual

IN – Instrução Normativa

MTb – Ministério do Trabalho

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NR – Norma Regulamentadora

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OJ – Orientação Jurisprudencial

OMS – Organização Mundial da Saúde

PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

PCA – Programa de Conservação Auditiva

SDI – Seção de Dissídios Individuais

SESMT – Serviço Especializado em Segurança e Medicina no Trabalho

STF – Supremo Tribunal Federal

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

TST – Tribunal Superior do Trabalho

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NO BRASIL .....</b>	<b>13</b>
2.1 BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	13
2.2 LEGISLAÇÃO E NORMAS.....	15
2.3 A CONSTITUIÇÃO E O MEIO AMBIENTE DE TRABALHO .....	24
<b>3 DOS ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE.....</b>	<b>27</b>
3.1 DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE .....	28
3.1.1 Conceito e Caracterização De Insalubridade.....	28
3.1.2 Eliminação ou Neutralização da Condição Insalubre.....	29
3.1.3 Atividades Insalubres Conforme a NR15 .....	30
3.2 DO ADICIONAL De PERICULOSIDADE.....	31
3.2.1 Conceito e Caracterização De Periculosidade.....	31
3.2.2 Eliminação ou Neutralização da Condição Perigosa .....	32
3.2.3 Atividades Perigosas Conforme a NR16 .....	33
<b>4 DA (IM)POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE .....</b>	<b>35</b>
4.1 DA (IM)POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO .....	35
4.2 DO ENTENDIMENTO DOUTRINÁRIO .....	37
4.3 DO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL NO ÂMBITO DO TRT 12 (PERÍODO 07/2016 A 07/2018).....	40
4.4 DO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL NO ÂMBITO DO TST (PERÍODO 07/2016 A 07/2018).....	43
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>57</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente monografia tem por objeto de estudo uma análise a respeito da possibilidade de cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade pelos trabalhadores expostos concomitantemente a tais condições de trabalho. O estudo se inicia com a relação do tema a saúde e segurança no meio ambiente de trabalho, demonstra-se o histórico no Brasil afim de comprovar a importância da saúde e segurança no meio ambiente de trabalho.

Trata-se ainda de trazer e conceituar a saúde e segurança no Brasil no aspecto técnico por meio de um estudo das normas e legislação específica de cada adicional, permeando desde a Constituição Federal até a Consolidação das Leis do Trabalho trazendo os conceitos legislativos normativos e sumulares no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª região e ainda no Tribunal Superior do Trabalho, inclusive com as mais recentes atualizações.

Faz-se ainda uma leitura no que tange à Constituição Federal mais objetivamente, uma vez que esta traz a recepção das Convenções da Organização Internacional do Trabalho, destacando a importância que a Carta Magna deu ao conteúdo Saúde e Segurança no trabalho, na busca pela dignidade da pessoa humana e cidadania do trabalhador.

Delimitado o aspecto geral e teórico sobre o assunto passamos à análise específica dos adicionais de insalubridade e periculosidade.

O primeiro adicional analisado é o de insalubridade, com seus conceitos e características, sobre a possibilidade de sua eliminação ou neutralização e ainda a quem cabe receber tal adicional conforme a NR15 e quais atividades são configuradas pela norma.

Na sequência, é analisado o adicional de periculosidade, seguindo os mesmos parâmetros da insalubridade, porém este adicional é normatizado pela NR16.

Após o estudo da teoria geral, seguido das especificidades e informações importantes sobre os adicionais de insalubridade e periculosidade, a presente monografia passa ao tema propriamente dito expondo o porquê, e se os adicionais de insalubridade e periculosidade devem ser pagos cumulativamente.

Inicia-se então a leitura do ponto de vista da Constituição que prioriza a saúde do trabalhador, com uma visão moderna e visando a dignidade da pessoa humana, além de a mesma não trazer nenhuma vedação.

Após se analisa a Consolidação das Leis do Trabalho e a sua dita vedação expressa contida no § 2º do artigo 193, porém observa-se que esta legislação, mais antiga que a Constituição Federal, não foi absorvida pela mesma.

Demonstra-se ainda os entendimentos doutrinários favoráveis e desfavoráveis, seus pontos principais, aspectos e motivações desde a interpretação da norma jurídica nacional e também em conjunto com as Convenções da Organização Internacional do Trabalho.

Por fim se faz uma análise no período de 07/2016 a 07/2018 no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e ainda no Tribunal Superior do Trabalho, suas decisões favoráveis e desfavoráveis.

Registre-se que o método de abordagem adotado no estudo é o dedutivo e que o procedimento é o de análise bibliográfica de doutrinas e legislações relacionadas ao tema e também utilizará a pesquisa qualitativa com material didático e documental-legal, por meio de doutrinas, artigos, jurisprudências.

## 2 SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NO BRASIL

Neste momento será abordado, no contexto histórico do Brasil, a evolução dos direitos relacionados a saúde e segurança no Brasil. Com a gradativa inclusão do tema com o passar dos anos bem como as legislações e normas que possuem conexão com o tema e ainda de forma mais aprofundada o tema em relação à Constituição Federal. Referida evolução, arrastou-se pela história, culminando em direitos e garantias.

### 2.1 BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICA

No âmbito internacional a revolução industrial trouxe a tecnologia e a ciência possibilitando o aumento ilimitado na produção no que tange ao maquinário, porém, a corrida pelo lucro fez com que a saúde dos trabalhadores se deteriorasse, nascendo assim a necessidade de um intervencionismo estatal para que fosse dado o cuidado necessário a saúde do trabalhador (SAAD, 2009, p. 249).

Nessa linha registra Paulo e Alexandrino:

[...]logo após a Revolução Industrial tomou-se patente estar o mundo diante de uma realidade inteiramente nova no que respeita aos riscos de danos à saúde decorrentes do trabalho. Com os novos processos industriais, a mecanização dos procedimentos, a substituição do homem pela máquina, cresceram exponencialmente os acidentes profissionais, a maioria mutilante ou incapacitante, com severas conseqüências para o trabalhador, sua família e a sociedade como um todo. Além disso, as novas condições de trabalho, mesmo que escapasse o trabalhador aos acidentes ou a suas seqüelas, eram notoriamente insalubres, fazendo aumentar a quantidade e a variedade de moléstias profissionais (PAULO; ALEXANDRINO, 2010, p. 297).

E completa seu raciocínio:

[...]o Estado viu-se na contingência de impor às empresas obrigações tendentes a assegurar aos trabalhadores condições mínimas de proteção à sua integridade física e à sua saúde. Surgem assim as primeiras normas concernentes à segurança e à saúde no trabalho (PAULO; ALEXANDRINO, 2010, p. 297).

Foi então com a intervenção do Estado que a segurança e medicina do trabalho passou a ser meio de proteção do trabalhador, e com isso fosse ampliado o

cuidado com a saúde daquele que movimentam as máquinas e dão vida as empresas (SAAD, 2009, p. 249).

As primeiras preocupações com a saúde e segurança do trabalhador brasileiro se deram na Constituição de 1934, com a inclusão do direito à assistência medica e sanitária em seu artigo 121 §1ª, h (MARTINS, 2012, p. 663):

A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País. § 1º - A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem melhorar as condições do trabalhador: h) assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurando a esta descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego, e instituição de previdência, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte (BRASIL, 1934).

Na legislação seguinte a norma do trabalho deveria observar o disposto na Constituição de 1937 em seu artigo 137, I, no que se refere a assistência medica (MARTINS, 2012, p. 663):

A legislação do trabalho observará, além de outros, os seguintes preceitos: I) assistência médica e higiênica ao trabalhador e à gestante, assegurado a esta, sem prejuízo do salário, um período de repouso antes e depois do parto (BRASIL, 1937).

Sem dar grande importância ou detalhes a Constituição de 1946, em seu artigo 157, VIII apenas citava o direito a higiene e segurança (MARTINS, 2012, p. 663).

A legislação do trabalho e a da previdência social obedecerão nos seguintes preceitos, além de outros que visem a melhoria da condição dos trabalhadores: VIII - higiene e segurança do trabalho. (BRASIL, 1946).

E somente vinte anos depois em 1966 houve significativa alteração no que diz respeito à segurança e medicina do trabalho a Lei 5.161 criou a da Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho. (MARTINS, 2012, p. 663).

Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma Fundação destinada à criação e manutenção de um Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, que terá por objetivo principal e genérico a realização de estudos e pesquisas pertinentes aos problemas de segurança, Higiene e medicina do trabalho. (BRASIL, 1943).

Em 1977 a alteração ocorreu na Consolidação das Leis do Trabalho nos artigos 154 a 201 com a Lei 6514 de 1977 onde, entre outras, alterou a nomenclatura de higiene e segurança do trabalho passou a ser saúde e segurança do trabalho. Um novo avanço ocorreu no ano seguinte com a portaria nº 3.214 declarando as atividades que seriam consideradas insalubres e perigosas ao trabalhador (MARTINS, 2012, p. 663).

Desde então os direitos referentes a saúde do trabalhado foram ampliados, em consonância com a evolução tecnológica, até a atual Constituição Federal de 1988 na qual o trabalhador tem o direito a saúde, higiene e segurança garantidos em seu artigo 7º, XXII, com o objetivo de que haja uma redução dos riscos do trabalho (MARTINS, 2012, p. 663).

A respeito da questão nacional Martins nos ensina:

No Brasil, o legislador mostrou-se consciente das modificações tecnológicas e das consequências na saúde do trabalhador. Tanto que foi editada a Lei nº 6.514/77, que deu nova redação aos arts. 154 a 201 da CLT, tendo sido complementada pela Portaria nº 3.214/78, que dispôs, entre outras coisas, sobre serviço especializado em segurança e medicina do trabalho, equipamento de proteção individual, atividades e operações insalubres e perigosas etc. (MARTINS, 2012, p. 665).

Considerando a narrativa histórica brasileira, verifica-se que constituições anteriores já haviam elencado alguns direitos e garantias trabalhistas, mas a Constituição Federal de 1988 tratou claramente dos direitos trabalhistas como direitos sociais, buscando melhorias e condições dignas no ambiente de trabalho, proteção à saúde e a segurança do trabalhador.

## 2.2 LEGISLAÇÃO E NORMAS

Inicialmente trataremos da legislação e normas a respeito do adicional de insalubridade, conforme a artigo 7º, inciso XXIII, da Constituição Federal o adicional de insalubridade é direito dos empregados urbanos e rurais com sua regulamentação na forma da lei, a lei a qual se refere é a Consolidação das Leis do Trabalho no artigo 189 encontramos a definição legal de insalubridade nos seguintes termos:

Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os

empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos (BRASIL, 1947).

Martins nos explica os requisitos para a existência da insalubridade:

Para a caracterização da insalubridade é preciso: (a) exposição a agentes nocivos à saúde do trabalhador; (b) que essa exposição seja acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição, pois se a exposição estiver nos limites de tolerância, não há direito ao adicional. (MARTINS, 2012, p. 257).

Desta lição observamos, portanto, para que se configure a real existência do direito do trabalhador ao adicional de insalubridade é necessário que além da perícia haja o enquadramento da atividade na norma estabelecida pelo Ministério do Trabalho tal previsão pode ser encontrada no artigo 190 da Consolidação das Leis do Trabalho:

O Ministério do Trabalho aprovará o quadro das atividades e operações insalubres e adotará normas sobre os critérios de caracterização da insalubridade, os limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e o tempo máximo de exposição do empregado a esses agentes. (BRASIL, 1943).

Bem assim a Súmula nº 460 do Supremo Tribunal Federal, nas palavras de Saraiva e Tonassi Souto esclarecem:

Para efeito do adicional de insalubridade, a perícia judicial, em reclamação trabalhista, não dispensa o enquadramento da atividade entre as insalubres, que é ato da competência do Ministro do Trabalho e Previdência Social (SARAIVA; SOUTO, 2016, p. 314).

Na sequência o artigo 191 da Consolidação das Leis do Trabalho indica o necessário para a eliminação ou neutralização da insalubridade:

A eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá: I - com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância: II - com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância (BRASIL, 1943).

Conforme observamos elas podem ocorrer por meio de medidas para melhorar o ambiente de trabalho, sejam elas com a utilização de Equipamento de Proteção Individual. Por fim no artigo 192 da Consolidação das Leis do Trabalho são



estabelecidos os graus de tolerância e o percentual correspondente a ser acrescido ao salário do empregado.

O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário-mínimo da região, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo (BRASIL, 1943).

Para que o empregado faça jus ao adicional de insalubridade é necessário o enquadramento na Norma Regulamentadora 15 a qual abordaremos com mais profundidade no tópico 3.1.3 Atividades Insalubres Conforme a Norma Regulamentadora nº 15 em momento oportuno.

A respeito da Súmulas é oportuno destacar as Súmulas nº 46 e nº 124 do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª região:

SÚMULA Nº 46 - "INSALUBRIDADE. LIMPEZA DE BANHEIROS PÚBLICOS. A atividade de limpeza de banheiros públicos, utilizados por grande fluxo de pessoas, equipara-se à coleta de lixo urbano, sendo insalubre em grau máximo, nos termos da NR-15, Anexo 14, da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho. "

SÚMULA Nº 124 - "ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. MANUSEIO DE CIMENTO. As atividades profissionais que envolvem o manuseio de cimento, tais como pedreiros, auxiliares de pedreiro e serventes de obra, entre outros, não dão ensejo ao pagamento do adicional de insalubridade, por falta de enquadramento no Anexo 13 da NR 15 da Portaria n. 3.214/78 do MTE. "

As Súmulas nº 46 e nº 48 do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região respectivamente tratam do enquadramento de atividades na norma regulamentadora nº 15 sendo que, a respeito da limpeza dos banheiros optou-se por enquadrá-la em grau máximo e equipara-la à coleta de lixo urbano, enquanto atividade de pedreiro e correlatas o tribunal decidiu por não a enquadrar, uma vez que a norma prevê o direito apenas no caso de fabricação e transporte de cal e cimento nas fases de grande exposição a poeiras.

No âmbito do Tribunal Superior do Trabalho as Súmulas mais relevantes são as seguintes:

Súmula nº 47 do TST - INSALUBRIDADE - O trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, não afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional.

A Súmula nº 47 do Tribunal Superior do Trabalho tornou regra o fato de o trabalho executado em local insalubre de forma intermitente não faz com que o empregado perca o direito ao recebimento do mesmo, se este for o único motivo para o não recebimento do adicional de insalubridade. (LEITE, 2017, p. 443).

Súmula nº 80 do TST – INSALUBRIDADE - A eliminação da insalubridade mediante fornecimento de aparelhos protetores aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo exclui a percepção do respectivo adicional.

Não há direito adquirido ao recebimento do adicional de insalubridade, conforme podemos ver na Súmula citada, se a insalubridade é eliminada com o uso de Equipamento de Proteção Individual o trabalhador deixará de receber o respectivo adicional (SARAIVA; SOUTO, 2016, p. 314), desde que estes aparelhos protetores eliminem a condição insalubre e tenham sido aprovados por órgão competente do Poder Legislativo, ou ainda que a condição insalubre seja reclassificada ou descaracterizada por ato da autoridade competente (PAULO; ALEXANDRINO, 2010, p. 243).

Súmula nº 139 do TST - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - Enquanto percebido, o adicional de insalubridade integra a remuneração para todos os efeitos legais.

Da Súmula nº 139 do Tribunal

Superior do Trabalho podemos extrair que o adicional de insalubridade irá integrar a remuneração para cálculos de verbas habituais, como férias, 13º salário, aviso-prévio, FGTS (MARTINS, 2012, p. 260).

Súmula nº 228 do TST - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO - A partir de 9 de maio de 2008, data da publicação da Súmula Vinculante nº 4 do Supremo Tribunal Federal, o adicional de insalubridade será calculado sobre o salário básico, salvo critério mais vantajoso fixado em instrumento coletivo.

Em decisão recente o Supremo Tribunal Federal o Ministro Relator Ricardo Lewandowski ao julgar a Reclamação 6.275 São Paulo, entendeu que o adicional de insalubridade deve ter como base de cálculo o salário mínimo, enquanto não for superada a inconstitucionalidade em relação ao artigo 192 da Consolidação das Leis do Trabalho, por meio de lei ou convenção coletiva, cassando assim a parte da Súmula nº 228 do Tribunal Superior do Trabalho, conforme segue:

Isso posto, com base na jurisprudência firmada nesta Corte (art. 161, parágrafo único, do RISTF), julgo procedente esta reclamação para cassar a Súmula 228 do TST, apenas e tão somente na parte em que estipulou o salário básico do trabalhador como base de cálculo do adicional de insalubridade devido.

Este é o mesmo pensamento de José Cairo Jr. (2017, p. 1002). Quando nos ensina “[...] enquanto perdurar o vazio legislativo, ou diante da ausência de pactuação por meio de instrumentos normativos negociados, deve prevalecer a base de cálculo histórica, qual seja, o salário-mínimo”.

Súmula nº 248 do TST - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. DIREITO ADQUIRIDO - A reclassificação ou a descaracterização da insalubridade, por ato da autoridade competente, repercute na satisfação do respectivo adicional, sem ofensa a direito adquirido ou ao princípio da irredutibilidade salarial.

Esta Súmula traz o entendimento no qual o adicional de insalubridade não se torna direito adquirido, podendo este ser eliminado por reclassificação ou descaracterização por ato de autoridade competente. (PAULO; ALEXANDRINO, 2010, p. 243).

Súmula nº 289 do TST - INSALUBRIDADE. ADICIONAL. FORNECIMENTO DO APARELHO DE PROTEÇÃO. EFEITO - O simples fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador não o exime do pagamento do adicional de insalubridade. Cabe-lhe tomar as medidas que conduzam à diminuição ou eliminação da nocividade, entre as quais as relativas ao uso efetivo do equipamento pelo empregado.

A Súmula nº 289 do Tribunal Superior do Trabalho traz a obrigatoriedade ao empregador de buscar medidas para a diminuição da condição insalubre junto a efetiva utilização dos equipamentos de proteção individual para que seja possível e desobrigação ao pagamento do adicional de insalubridade, não bastando apenas o fornecimento para tal (LEITE, 2017, p. 443).

Súmula nº 293 do TST - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. CAUSA DE PEDIR. AGENTE NOCIVO DIVERSO DO APONTADO NA INICIAL - A verificação mediante perícia de prestação de serviços em condições nocivas, considerado agente insalubre diverso do apontado na inicial, não prejudica o pedido de adicional de insalubridade.

Conforme nos ensina Martins (2012, p. 260) caso a perícia constate condição nociva a saúde do empregado, adversa da apontada na inicial, esta não prejudicará o respectivo pedido do adicional, uma vez que o empregado não possui

condições para afirmar qual elemento é prejudicial a sua saúde cabendo ao perito fazê-lo.

Súmula nº 448 do TST - ATIVIDADE INSALUBRE. CARACTERIZAÇÃO. PREVISÃO NA NORMA REGULAMENTADORA Nº 15 DA PORTARIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO Nº 3.214/78. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS. –

I - Não basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho.

II – A higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, por não se equiparar à limpeza em residências e escritórios, enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo, incidindo o disposto no Anexo 14 da NR-15 da Portaria do MTE nº 3.214/78 quanto à coleta e industrialização de lixo urbano.

A Súmula nº 448 do Tribunal Superior do Trabalho apresenta dois importantes itens. O primeiro destaca a necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho, sendo assim, por mais que a condição de trabalho seja constatada como insalubre por meio de perícia, não será o bastante para o recebimento do adicional de insalubridade. O segundo item equipara a limpeza e higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, por isso enseja o pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo (BARROS, 2013, p. 515).

Neste momento falaremos sobre as normas sobre o adicional de periculosidade previsto também no conforme a artigo 7º, inciso XXIII, da Constituição Federal. Referido o adicional é direito dos empregados urbanos e rurais com sua regulamentação na forma da lei. A legislação a qual se refere é a Consolidação das Leis do Trabalho, e no artigo 193 encontramos a definição legal de periculosidade e as atividades as quais o adicional incidem nos seguintes termos:

São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a: I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica. II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial (BRASIL, 1943).

Vale mencionar a mudança que ocorreu com a Lei nº 12.997 de 2014, que acrescentou o § 4º ao artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho<sup>1</sup> que passando a considerar perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta.

E ainda a o operador de bomba de combustível conforme a Súmula nº 212 do Supremo Tribunal Federal: “Tem direito ao adicional de serviço perigoso o empregado de posto de revenda de combustível líquido”.

No entendimento de Viveiros (2018, p. 657) para que seja caracterizado a periculosidade o empregado deve estar em contato com ao menos um dos itens listados no artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho sejam eles inflamáveis, combustíveis ou explosivos, sendo que estes devem apresentar um risco acentuado, ressalta que o texto da legislação foi atualizado pela lei 12.740 de 2012, incluindo como atividades a energia elétrica e as atividades de segurança patrimonial onde haja risco a vida do trabalhador.

Neste mesmo pensamento Saraiva e Tonassi Souto (2016, p. 318) define o adicional de periculosidade:

O art. 193 da CLT considerou como atividades ou operações perigosas as que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a inflamáveis, explosivos ou energia elétrica; roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial e os empregados em motocicleta.

Em relação ao §1º do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho<sup>2</sup> quantifica o valor do adicional em trinta por cento sobre o salário sem os acréscimos de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa, observa-se ainda que o adicional de periculosidade tem natureza salarial pois é uma remuneração pelo trabalho em condições perigosas e não se trata de uma indenização ao empregado. (MARTINS, 2012, p. 261).

A discussão que envolve o §2º do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho ocorrerá no capítulo 4 – Da (im)possibilidade de cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade da presente monografia cabendo aqui apenas

---

<sup>1</sup> § 4º São também consideradas perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta.

<sup>2</sup> § 1º - O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

redigi-lo a título de informação “§ 2º - O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido”.

Para que o empregado faça jus ao adicional de insalubridade é necessário o enquadramento na Norma Regulamentadora 15 a qual abordaremos com mais profundidade no tópico 3.2.3 Atividades Perigosas Conforme a NR16 em momento oportuno.

A respeito das Súmulas é oportuno destacar a Súmula nº 135 do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

SÚMULA N.º 135 - "ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. ARMAZENAMENTO DE INFLAMÁVEL. LIMITE QUANTITATIVO. Aplica-se o limite de 200 (duzentos) litros previsto no item 16.6 da NR 16 da Portaria n.º 3.214/1978 do Ministério do Trabalho também ao armazenamento de inflamáveis líquidos no ambiente de trabalho".

O item 16.6<sup>3</sup> da Norma Regulamentadora nº 16 quantifica os valores para considerar a periculosidade nas operações de transporte de inflamáveis em 200 (duzentos) litros, a Súmula nº 135 do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região firmou entendimento no sentido de considerar este mesmo valor para o armazenamento de líquidos inflamáveis.

No âmbito do Tribunal Superior do trabalho as Súmulas mais relevantes são as seguintes:

Súmula nº 39 do TST PERICULOSIDADE - Os empregados que operam em bomba de gasolina têm direito ao adicional de periculosidade (Lei nº 2.573, de 15.08.1955).

Além do que determina o artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho e os constantes na Norma Regulamentadora nº 16, algumas profissões fazem jus ao adicional a Súmula nº 39 do Tribunal Superior do Trabalho destaca os frentistas de posto de gasolina (LEITE, 2017, p. 444).

Súmula nº 70 do TST ADICIONAL DE PERICULOSIDADE - O adicional de periculosidade não incide sobre os triênios pagos pela Petrobras.

---

<sup>3</sup> 16.6 As operações de transporte de inflamáveis líquidos ou gasosos liquefeitos, em quaisquer vasilhames e a granel, são consideradas em condições de periculosidade, exclusão para o transporte em pequenas quantidades, até o limite de 200 (duzentos) litros para os inflamáveis líquidos e 135 (cento e trinta e cinco) quilos para os inflamáveis gasosos liquefeitos.

A Súmula nº 70 do Tribunal Superior do Trabalho é um exemplo do previsto no §1º do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho no qual destacamos que o adicional de trinta por cento não incide sobre as gratificações ditas triênios oferecidos pela Petrobras (BARROS, 2013, p. 518).

Súmula nº 132 do TST ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. INTEGRAÇÃO  
I - O adicional de periculosidade, pago em caráter permanente, integra o cálculo de indenização e de horas extras  
II - Durante as horas de sobreaviso, o empregado não se encontra em condições de risco, razão pela qual é incabível a integração do adicional de periculosidade sobre as mencionadas horas.

Em relação ao primeiro item da Súmula nº 132 do Tribunal Superior do Trabalho observamos que quando pago ou devido com habitualidade pelo empregador o adicional de periculosidade será considerado para efeitos dos cálculos indenizatórios devidos no encerramento do contrato de trabalho, este também deve ser calculado sobre as horas extras. (CAIRO JR, 2017, p. 1003). Sobre o item 2, a Súmula esclarece que quando em sobreaviso por não estar em condições de risco não será devido o adicional de periculosidade sobre as horas extras (VIVEIROS, 2018, p. 137).

Súmula nº 191 ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA. BASE DE CÁLCULO  
I – O adicional de periculosidade incide apenas sobre o salário básico e não sobre este acrescido de outros adicionais.  
II – O adicional de periculosidade do empregado eletricitário, contratado sob a égide da Lei nº 7.369/1985, deve ser calculado sobre a totalidade das parcelas de natureza salarial. Não é válida norma coletiva mediante a qual se determina a incidência do referido adicional sobre o salário básico.  
III - A alteração da base de cálculo do adicional de periculosidade do eletricitário promovida pela Lei nº 12.740/2012 atinge somente contrato de trabalho firmado a partir de sua vigência, de modo que, nesse caso, o cálculo será realizado exclusivamente sobre o salário básico, conforme determina o § 1º do art. 193 da CLT.

Conforme o primeiro item da Súmula nº 191 do Tribunal Superior do Trabalho incide o adicional de periculosidade sobre o salário básico do empregado, e não sobre outros adicionais. Diferente é o caso dos eletricitários disposto no item 2 no qual o adicional incidirá sobre a totalidade das parcelas de natureza salarial (LEITE, 2017, p. 445).

Súmula nº 361 do TST ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. ELETRICITÁRIOS. EXPOSIÇÃO INTERMITENTE - O trabalho exercido em condições perigosas, embora de forma intermitente, dá direito ao empregado a receber o adicional de periculosidade de forma integral,

porque a Lei nº 7.369, de 20.09.1985, não estabeleceu nenhuma proporcionalidade em relação ao seu pagamento.

A Súmula nº 361 do Tribunal Superior do Trabalho explica quando em se tratar de eletricitários em condições consideradas perigosas estes farão jus ao recebimento do adicional de insalubridade integralmente, mesmo que o contato com a condição perigosa ocorra de forma intermitente (LEITE, 2017 p. 445).

Súmula nº 364 do TST ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. EXPOSIÇÃO EVENTUAL, PERMANENTE E INTERMITENTE

I - Tem direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco. Indevido, apenas, quando o contato dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido.

II - Não é válida a cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho fixando o adicional de periculosidade em percentual inferior ao estabelecido em lei e proporcional ao tempo de exposição ao risco, pois tal parcela constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantida por norma de ordem pública (arts. 7º, XXII e XXIII, da CF e 193, §1º, da CLT).

O adicional de insalubridade é devido ao empregado mesmo se este trabalha de forma permanente ou intermitente na condição perigosa, apenas se este trabalhar na condição perigosa de forma eventual, ou em caso fortuito ou ainda quando o contato com a condição perigosa for extremamente reduzido este será indevido. O novo item 2 inclui que sua fixação em percentual inferior ao legal de 30% e proporcional ao tempo de exposição ao risco não é válida uma vez que tal adicional é garantido por norma de ordem pública (VIVEIROS, 2018, p. 138).

## 2.3 A CONSTITUIÇÃO E O MEIO AMBIENTE DE TRABALHO

Inicialmente, faz-se necessário, antes de tratar Constituição Federal e o ambiente de trabalho, conceituar meio ambiente de trabalho, sendo este de suma importância para a proteção à vida e integridade física do trabalhador. Quando tratamos de meio ambiente nos referimos ao local onde nascemos, vivemos e morremos, tudo que nos cerca e nos influencia se trata de meio ambiente, por se tratar do local onde vivemos exige-se uma preocupação para que este seja saudável e equilibrado, dentro deste meio ambiente global de nossa vida temos ainda meio ambientes menores, entre eles o meio ambiente de trabalho, tratando-se este do local onde de fato o trabalhador labora, uma vez que o trabalhador normalmente



passa um terço da sua vida neste ambiente, é de fundamental importância que este seja saldável (CAIRO JR, 2017, p. 993).

Ainda de forma ampla temos a definição de meio ambiente no artigo 225 da Constituição Federal que trata:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

Por se tratar de um conceito muito amplo se faz necessária uma análise mais objetiva, esta, encontrada nos artigos 7º, XXII, e 200, II, VIII da Constituição Federal, tratando especificamente a respeito do direito dos trabalhadores à proteção no ambiente de trabalho, nos seguintes termos:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

XXII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

[...]

XXVIII – seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa. (BRASIL, 1988).

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

[...]

II – executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

[...]

VIII – colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho. (BRASIL, 1988).

Destes artigos se extrai uma concepção moderna de ambiente de trabalho dela podemos destacar que se dá grande importância aos direitos da pessoa humana e da cidadania, em específico o foco no trabalhador no que se refere ao direito à vida, segurança e saúde, diferente do que é posto pela Consolidação das Leis do Trabalho e das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, que são baseadas em normas técnicas (LEITE, 2017, p. 643).

Vale ainda destacar as Convenções ratificadas pelo país, em especial as de nº 148 nº 155 da Organização Internacional do Trabalho, com o objetivo de proteger a vida dos trabalhadores contra os riscos causados por contaminação do

ar, ao ruído e às vibrações no local de trabalho a Convenção nº 148, de 1977, foi promulgada pelo Decreto nº 93.413, de 15-10-86 (MARTINS, 2012, p. 664), conforme nos explica Barros (2013, p. 695):

A convenção n. 148 da OIT dispõe sobre o meio ambiente de trabalho (contaminação do ar, ruído e vibrações) e se aplica a todas as categorias, sendo facultado ao Estado-parte, na sua ratificação, excluir uma delas. A utilização de procedimentos, substâncias ou materiais que exponham os trabalhadores a esses riscos deverá ser comunicada à autoridade competente, que poderá autorizar-las com cautela ou proibi-las, fixando limites de exposição. O estado de saúde dos trabalhadores, nesses locais, deverá ser objeto de uma vigilância médica gratuita com intervalos apropriados e exame médico prévio e periódico.

Quanto à Convenção nº 155, de 1981, esta foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 2, de 17-3-92, e promulgada pelo Decreto nº 1.254, de 29-9-94, com o objetivo de estabelecer regras relacionadas a segurança, saúde e meio ambiente de trabalho podemos destacar o item 2, do art. 4º da Convenção nº 155 da OIT nas palavras de Martins (2012, p. 664):

[...]afirma que a política nacional do meio ambiente terá por objetivo prevenir os acidentes e os danos para a saúde que sejam consequência do trabalho, guardem relação com atividade laboral ou sobrevenham durante o trabalho, reduzindo ao mínimo, na medida em que seja razoável e possível as causas dos riscos inerentes ao meio ambiente do trabalho. Dispõe o art. 21 que nenhuma providência na área de segurança e higiene do trabalho poderá implicar ônus financeiro aos trabalhadores.

E nesse mesmo caminho Buck (2017, p. 70) destaca o artigo 3º da Convenção nº 155 da Organização Internacional do Trabalho e nos esclarece:

[...]em seu art. 3º, elucida o alcance do conceito de saúde, com relação ao trabalho, mencionando expressamente os elementos físicos e mentais que afetam a saúde do trabalhador, fazendo crer que este tem direito à redução de todos os riscos (físicos, químicos, biológicos, fisiológicos e psíquicos) que afetam sua saúde e segurança no ambiente de trabalho.

A recepção destas convenções claramente demonstra a preocupação do país com a segurança, saúde e meio ambiente de trabalho.

### 3 DOS ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE

Em troca de seu trabalho todo empregado faz jus ao seu salário-base, observando-se condições normais, porém quando o empregado presta seus serviços em condições adversas a normalidade cotidiana o mesmo deve ser compensado afim de que não haja prejuízo ao empregado, a esta compensação dá-se o nome de adicional (CAIRO JR., 2017, p. 515).

De uma forma geral e mais ampla, nos conceitua o adicional Paulo e Alexandrino (2010, p. 238):

Adicional é um acréscimo salarial que tem como causa o trabalho em condições mais gravosas para quem o presta, podendo ser facultativos ou compulsórios, quando a lei estabelece a obrigatoriedade de seu pagamento. No Brasil, são compulsórios os adicionais por horas extraordinárias, por serviços noturnos, por serviços insalubres, por serviços perigosos e por transferência de local de trabalho.

Deve-se observar que os adicionais previstos na Consolidação Das Leis do Trabalho são devidos quando o empregado permanece sob as condições que concedem o benefício, uma vez que este deixa de trabalhar sob tais condições cessa o recebimento do respectivo adicional (LEITE, 2017, p. 439).

Ainda sobre o adicional Godinho (2016. p. 857) ensina:

Os adicionais correspondem a parcela salarial deferida suplementarmente ao obreiro por este encontrar-se, no plano do exercício contratual, em circunstâncias tipificadas mais gravosas. A parcela adicional é, assim, nitidamente contraprestativa: paga-se um plus em virtude do desconforto, desgaste ou risco vivenciados, da responsabilidade e encargos superiores recebidos, do exercício cumulativo de funções, etc. Ela é, portanto, nitidamente salarial, não tendo, em consequência, caráter indenizatório (ressarcimento de gastos, despesas; reparação de danos, etc.).

Assim, o adicional se configura como tendo sua natureza salarial, não possuindo caráter indenizatório, uma vez que seu recebimento se dá na forma de uma contraprestação devido a uma situação de desconforto, desgaste ou risco no labor.

### 3.1 DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

#### 3.1.1 Conceito e Caracterização De Insalubridade

Inicialmente conceituemos insalubridade, segundo Martins (2013, p. 676).

Na insalubridade, o prejuízo é diário à saúde do trabalhador. A saúde do trabalhador é afetada diariamente. Ela causa doenças. Diz respeito à Medicina do Trabalho. O Brasil adotou o sistema de monetarização do risco, com o pagamento de adicional pelo trabalho em condições insalubres ou perigosas. O ideal seria combater as causas do elemento adverso à saúde do trabalhador.

Por meio do conceito de Martins (2013, p. 676) constatamos que o Brasil optou por compensar o trabalhador financeiramente pelo labor em condições insalubre e perigosas, quando deveria buscar combater os elementos que causam malefícios a saúde do trabalhador.

Definidas em quadro aprovado pelo Ministério do Trabalho as atividades insalubres são aquelas nas quais sejam por sua natureza, suas condições ou métodos, submetam o empregado a agentes nocivos à saúde, sendo apenas assim considerado quando ultrapassa o limite estabelecido como tolerado, mesmo se intervalado (BARROS, 2016, p. 515).

Conforme esclarece Leite (2017, p. 442) o rol taxativo de atividades insalubres é constantemente atualizado pelo Ministério do Trabalho

Conforme disposto no art. 190 da CLT, cabe ao Ministério do Trabalho aprovar o quadro de atividades e operações consideradas insalubres, bem como os requisitos e limites de tolerância para caracterização da insalubridade para cada um dos agentes nocivos. Conforme jurisprudência majoritária, a Norma Regulamentadora 15 do MTE (atualizada constantemente) possui um rol taxativo, sendo imprescindível o laudo pericial para comprovação da situação insalubre no caso concreto.

Uma vez constatada a atividade insalubre presente no rol taxativo do Ministério do Trabalho esta é razão suficiente para assegurar ao empregado um adicional a ser estipulado de acordo com o grau de nocividade a saúde, valorados em 10%, 20% ou 40% sobre o salário mínimo ou o salário mínimo profissional, quem deve auferir o grau de insalubridade deve ser um perito, médico ou engenheiro do trabalho (BARROS, 2016, p. 515).

Martins (2012, p. 257) a caracterização e avaliação é realizada conforme segue:

Para a caracterização da insalubridade é preciso: (a) exposição a agentes nocivos à saúde do trabalhador; (b) que essa exposição seja acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição, pois se a exposição estiver nos limites de tolerância, não há direito ao adicional. A avaliação é feita de forma: (a) qualitativa: ruído, pressões hiperbáricas, vibrações, poeiras; (b) quantitativas: frio, umidade, agentes biológicos.

Após caracterizado e avaliado a condição insalubre esta é quantificada e enquadrada conforme o grau de insalubridade sendo estes 10% se considerada em grau mínimo, 20% no grau médio e 40% nos casos de grau máximo sobre o salário-mínimo conforme o artigo 192 da Consolidação das Leis do Trabalho (MARTINS, 2012, p. 257).

### **3.1.2 Eliminação ou Neutralização da Condição Insalubre**

Uma vez constatada a condição insalubre, o fato de o empregado trabalhar sob tal mesmo de forma intermitente não exime o empregador de pagamento do adicional, bem assim o simples fornecimento de equipamento de proteção individual ou coletivo, o empregador deve sempre buscar medidas que objetivem a diminuição ou eliminação da condição insalubre, sendo uso do equipamento de proteção de forma efetiva apenas uma das medidas (PAULO; ALEXANDRINO, 2010, p. 243).

Barros (2016, p. 517) destaca que cabe ao empregador diminuir ou eliminar a nocividade com o uso efetivo do equipamento de proteção:

O fornecimento do EPI aprovado pelo órgão competente do Poder Executivo poderá eliminar o agente agressivo gerador do adicional de insalubridade (Súmula n. 80 do TST). Lembre-se, entretanto, que o só fornecimento do aparelho de proteção pelo empregador não o exime do pagamento do adicional de insalubridade, cabendo-lhe tomar as medidas que conduzam à diminuição ou eliminação da nocividade, entre as quais as relativas ao uso efetivo do equipamento pelo empregado (Súmula n. 289 do TST). O simples fornecimento do EPI não é suficiente à elisão do pedido de adicional de insalubridade quando, por exemplo, sua durabilidade não ultrapassa determinado número de dias e a substituição é realizada além do prazo de validade.

Além de o já destacado fato de a falta de observação do prazo de validade não eximir o empregador do pagamento do adicional de insalubridade Leite alerta, uma vez que o empregador fiscaliza seus empregados e estes se recusam a utilizar o equipamento de proteção individual esta pode ensejar a demissão com justa causa. (LEITE, 2017, p. 443).

### 3.1.3 Atividades Insalubres Conforme a NR15

As atividades insalubres podem ser localizadas na Norma Regulamentadora nº 15 publicada pela portaria do MTb nº 3.214, de 08 de junho de 1978 da qual recebeu sua mais recente atualização pela portaria MTE nº 1.297, de 13 de agosto de 2014, com o objetivo de determinar e indicar quais atividades serão consideradas insalubres Camisassa (2015, p. 373) nos ensina:

A NR15 tem por objetivo determinar quais atividades deverão ser consideradas insalubres e indicar como essa caracterização deve ser feita: se por meio de avaliação qualitativa ou quantitativa. Nos casos em que a avaliação quantitativa deva ser realizada, a norma determina os limites de exposição ou remete expressamente à adoção dos limites constantes em outras normas.

A norma regulamentadora nº 15 possui 13 anexos validos em sua versão atual, sendo considerados conforme os subitens que seguem o 15.1 este:

15.1.1 acima dos limites de tolerância previstos nos anexos:  
 Nº 1, Limites de Tolerância para Ruído Contínuo ou Intermitente;  
 Nº 2, Limites de Tolerância para Ruídos de Impacto;  
 Nº 3, Limites de Tolerância para Exposição ao Calor;  
 Nº 5, Radiações Ionizantes;  
 Nº 11, Agentes Químicos Cujas Insalubridade é Caracterizada por Limite de Tolerância e Inspeção no Local de Trabalho;  
 Nº 12, Limites de Tolerância para Poeiras Minerais.

No que se refere a estes anexos devemos observas que os mesmos devem estar acima dos limites de tolerância previstos nos respectivos anexos, assim sendo, se trata de uma avaliação quantitativa do agente insalubre. O subitem seguinte 15.1.3 nas atividades mencionadas nos anexos:

Nº 6, Trabalho sob Condições Hiperbáricas;  
 Nº 13, Agentes Químicos; nº 13-A, Benzeno;  
 Nº 14, Agentes Biológicos.

Neste caso basta a avaliação qualitativa, ou seja, uma vez presente o agente insalubre contatado por meio de laudo, está automaticamente será considerada insalubre.

E por fim o subitem 15.1.4 comprovadas através de laudo de inspeção do local de trabalho, constantes dos anexos:

Nº 7, Radiações Não Ionizantes;  
Nº 8, Vibrações;  
Nº 9, Frio;  
Nº 10, Umidade. Para estes casos além da avaliação qualitativa é necessário o laudo do local de trabalho.

Elucidando pontos chave Mara Queiroga Camisassa (2015, p. 381) bem destacou que qualquer trabalho insalubre é proibido para menores de 18 anos, mesmo se a atividade insalubre se der de maneira intermitente o empregado terá direito ao adicional de insalubridade, e por fim, em caso de mais de um fator de insalubridade apenas o de grau mais elevado será considerado, não sendo os mesmos cumulados.

## 3.2 DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

### 3.2.1 Conceito e Caracterização De Periculosidade

Em relação ao adicional de periculosidade Barros (2013, p. 518) nos ensina:

O adicional de periculosidade é assegurado no art. 193 da CLT aos empregados que trabalham em atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, assim consideradas aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem em risco acentuado em virtude da exposição permanente do trabalhador a: inflamáveis, explosivos ou energia elétrica; roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial; as atividades de trabalhador em motocicleta (CLT art. 193, com a redação dada pelas Leis n. 12.740/12 e 12.997/14).

Deste conceito inicial observamos que o adicional é devido quando existe um claro risco de morte do empregado, não sendo necessário o contato permanente durante toda a jornada de trabalho com a condição perigosa o contato mesmo que

por poucas horas já enseja o risco de morrer ou ser mutilado. (MARTINS, 2012, p. 679).

O empregado terá direito ao adicional de insalubridade quando sua atividade estiver elencada na lista regulamentada pelo ministério do trabalho, uma vez enquadrado na regulamentação terá o direito a perceber o adicional no valor de 30% sendo este sobre seu salário contratual sem que sejam acrescidos a outros adicionais, excepcional é o caso dos eletricitistas nos quais o adicional de periculosidade incide na totalidade das parcelas de natureza salarial (PAULO; ALEXANDRINO, 2012, p. 243).

Nos esclarece brilhantemente Barros (2013, p. 520):

O adicional de periculosidade pago habitualmente integra o cálculo da indenização (Súmula n. 132 do TST), das férias, do 13º salário, do aviso-prévio e do FGTS. Aliás, a incidência sobre este último independe de habitualidade (Súmula n. 63 do TST). O adicional de periculosidade repercute também no cálculo das horas extras e noturnas (Orientação Jurisprudencial n. 259 da SDI-1 do TST e Súmula n. 132, inciso I, do TST). O valor dessas horas é calculado com base no valor da hora normal, integrado das parcelas salariais e acrescido do adicional previsto em lei ou em norma coletiva (Súmula n. 264 do TST). Como o adicional de periculosidade tem feição salarial, ele será acrescido à hora normal para cálculo do valor das horas extras e noturnas, mormente se considerarmos que também nesses regimes o empregado permanece sob as condições de risco.

Uma vez pago com habitualidade o adicional de periculosidade integrara as férias, o 13º salário, o aviso prévio, o FGTS, entre outros, pois o mesmo possui natureza salarial. (PAULO; ALEXANDRINO, 2010, p. 244).

### **3.2.2 Eliminação ou Neutralização da Condição Perigosa**

Não há a possibilidade de a periculosidade ser eliminada com o uso de equipamentos de proteção, uma vez que o adicional visa compensar o risco diário que está submetido o empregado, quando este trabalha em condições de risco, medidas de segurança devem ser adotadas, o que não impede ou elimina o risco a que ele se sujeita (BUCK, 2017, p.125).

Para que o empregado deixe de perceber o adicional de periculosidade Martins (2012, p. 265) destaca:



Para o adicional de periculosidade não ser devido, mister se faz que o risco seja eliminado e não neutralizado, porque a qualquer momento o laboralista pode ser surpreendido com uma descarga elétrica, em que tal risco continua logicamente a existir. O próprio § 3º do art. 2º do Decreto nº 93.412/86 deixa bem claro que, enquanto não for eliminado o risco resultante da atividade do trabalhador em condições de periculosidade, o adicional é devido. O acréscimo legal só deixará de ser pago se houver a cessação do exercício da atividade, ou com a eliminação do risco (art. 4º do Decreto nº 93.412/86).

Observa-se que não basta a neutralização do risco, faz-se necessária a eliminação completa da condição perigosa para que assim seja retirado da remuneração do empregado o adicional de periculosidade, tal afirmação também se encontra no nas palavras de Camisassa (2015, p. 471):

Deve-se salientar ainda que o art. 191 da CLT estabelece que a insalubridade pode ser eliminada com a adoção de medidas coletivas, ou neutralizada com o uso de EPI. No entanto, este não foi previsto no caso da periculosidade. Sendo assim, mesmo adotadas todas as medidas de segurança [...]a periculosidade será caracterizada, uma vez que ela é inerente à atividade.

Assim sendo, observamos que a utilização de Equipamento de Proteção Individual não desobriga o pagamento ao adicional de periculosidade.

### **3.2.3 Atividades Perigosas Conforme a NR16**

As atividades perigosas encontram sua regulamentação na Norma Regulamentadora nº 16 publicada pela portaria GM nº 3.214, de 08 de junho de 1978 atualizada recentemente pela portaria MTE nº 05, de 07 de janeiro de 2015, com o objetivo de determinar e indicar quais atividades serão consideradas insalubres Camisassa (2015, p. 471) nos ensina:

[...]a periculosidade põe em risco a vida do trabalhador, podendo, repentinamente, atingi-lo de forma violenta, levando-o à incapacidade, invalidez permanente ou até mesmo à morte.

Conforme a NR 16 são consideradas atividades e operações perigosas as constantes dos anexos:

Nº 1, atividades e operações perigosas com explosivos;  
Nº 2, atividades e operações perigosas com inflamáveis;  
Nº 3, atividades e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial;

Nº 4, atividades e operações perigosas com energia elétrica;  
Nº 5, atividades perigosas em motocicleta;  
Nº \*, atividades e operações perigosas com radiações ionizantes ou substâncias radioativas;

Estando o trabalhador, laborando em uma atividade disposta no rol, faz jus ao adicional de trinta por cento sobre o salário, sem que incidam os acréscimos a gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa, podendo o trabalhador optar por adicional de insalubridade eventualmente devido (BUCK, 2017, p. 102).

## **4 DA (IM)POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE**

### **4.1 DA (IM)POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO**

Conforme já explanado no capítulo anterior o adicional de insalubridade tem por objetivo compensar a degradação que o trabalhador sofre no dia a dia quando em condições que afetam sua saúde, enquanto a periculosidade busca compensar o risco a vida e ainda integridade física do trabalhador, ambos encontram-se dispostos e garantidos no Artigo 7º inciso XXIII da Constituição Federal (TAMIOZZO; MARTINS, 2016, p. 166):

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. (BRASIL, 1988)

Anterior à Constituição Federal, porém mais específica a Consolidação das Leis do Trabalho no Artigo 189 e seguintes dispõe as minúcias dos adicionais de insalubridade e periculosidade, neste momento, no entanto devemos nos atentar ao artigo 193 § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho: “O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido” (BRASIL, 1943).

Interpretando o supracitado parágrafo entendemos que a legislação supralegal não permite a cumulação dos adicionais nem mesmo quando na situação de labor se encontrem simultaneamente um ambiente com características comprovadamente insalubre e perigosas, neste caso o trabalhador deverá optar pelo adicional que lhe seja mais vantajoso economicamente.

Apesar de a legislação supralegal ser anterior a constitucional esta vem sendo adotada pela maior parte da doutrina e jurisprudência, poucos são os posicionamentos contrários, este vem fundamentados conforme as pesquisas de Henrico César Tamiozzo e Fábio César Martins (2016, p. 179-179) a respeito das decisões no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho os pesquisadores foram capazes de constatar quais as principais motivações que levam os tribunais a decidir em favor ou contra a possibilidade de cumulação dos adicionais de periculosidade tem-se por resultado:

Da análise da fundamentação para o não provimento da cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade, verifica-se que esta baseia-se, exclusivamente, na interpretação literal dos dispositivos normativos, quais sejam, Art. 193 da CLT e da Convenção nº 155 da OIT, ou seja, coteja-se somente o significado léxico das palavras do texto legal, sem considerar qualquer outro valor, ou mesmo a hermenêutica jurídica-constitucional. (TAMIOZZO; MARTINS, 2016, p. 178).

Em contrapartida no sentido de possibilitar a cumulação dos adicionais de insalubridade os fundamentos utilizados foram, a incompatibilidade do artigo 193, § 2º com os princípios constitucionais, bem assim a falta de vedação constitucional para o mesmo, o exercício do labor de forma concomitantemente insalubre e perigosa quando estes se derem por fatos distintos, o princípio constitucional da proteção da dignidade da pessoa humana objetivando a diminuição ou neutralização dos riscos do trabalho, utilizando as normas de saúde higiene e segurança em consonância com a Convenção nº 155 da Organização Internacional do Trabalho em seu artigo 11 , alínea b:

Com a finalidade de tornar efetiva a política referida no artigo 4 da presente Convenção, a autoridade ou as autoridades competentes deverá garantir a realização progressiva das seguintes tarefas: [...] b) a determinação das operações e processos que serão proibidos, limitados ou sujeitos à autorização ou ao controle da autoridade ou autoridades competentes, assim como a determinação das substâncias e agentes aos quais estará proibida a exposição no trabalho, ou bem limitada ou sujeita à autorização ou ao controle da autoridade ou autoridades competentes; deverão ser levados em consideração os riscos para a saúde decorrentes da exposição simultânea a diversas substâncias ou agentes.

Claro, desde que considerando esta norma de eficácia supralegal uma vez que a mesma é ratificada pelo Brasil dessa Convenção revogou tacitamente o §2º do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (LOPES, 2017, p. 110-111), além desta, a Convenção nº 148 da Organização Internacional do Trabalho, também tratou dos riscos da exposição a vários agentes agressivos a saúde do trabalhador no local de trabalho em seu artigo 8º, conforme segue:

Os critérios e limites de exposição deverão ser fixados, completados e revisados a intervalos regulares, de conformidade com os novos conhecimentos e dados nacionais e internacionais, e tendo em conta, na medida do possível, qualquer aumento dos riscos profissionais resultante da exposição simultânea a vários fatores nocivos no local de trabalho.

Deste modo conclui Lopes (2017, p. 110-111) brilhantemente:

[...] embora as Convenções de nºs 148 e 155 da OIT não se referem ao pagamento de adicional de insalubridade e periculosidade, verifica-se que a regra do §2º do art. 193 da CLT (impede o pagamento de tais adicionais de forma cumulativa) é incompatível com as normas de proteção à saúde do trabalhador veiculadas nos diplomas internacionais acima mencionados

Nesse entendimento Barbosa (2017, p. 319) saliente que a convenção não tem por objetivo tão somente remunerar melhor o trabalhador, mas sim fazer com que o empregador reduza os riscos à saúde e vida do empregado e por último, ainda como forma de incentivar o empregador a melhorar as condições do meio ambiente de trabalho. (TAMIOZZO; MARTINS, 2016, p. 178-179).

#### 4.2 DO ENTENDIMENTO DOUTRINÁRIO

A doutrina majoritária segue no entendimento praticamente unânime no sentido de que não é possível a cumulação do adicional de insalubridade com o de periculosidade, sendo que quando o empregado trabalhar em uma situação em que encontre ambas situações o mesmo deverá optar por qual adicional deseja receber.

A doutrina pátria segue, de forma quase unânime, para o mesmo sentido, defendendo que não poderá o adicional de insalubridade ser acumulado com o de periculosidade, devendo o trabalhador, no caso de exposto a ambos, fazer a opção pelo que lhe for mais benéfico (VIVEIROS, 2018, p. 137).

Uma vez considerado que o artigo 193 § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho veda a acumulação observamos a possibilidade de ao ingressar com a ação o empregado não sabe ou ainda não possui certeza de que seu trabalho é simultaneamente insalubre e perigoso, assim sendo nada impede que o mesmo peça os dois adicionais uma vez que ao final de sua opção opte pelo mais favorável (SAAD, 2001, p. 182).

No sentido de vedar a cumulação Sérgio Pinto Martins (2012, p. 261-262) é categórico:

[...]O dispositivo legal é claro no sentido de que é impossível a cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade. O § 2º do art. 193 da CLT não foi revogado pelos incisos XXII e XXIII do art. 7º da Constituição. O inciso XXIII do art. 7º da Lei Maior trata apenas de redução dos riscos inerentes ao trabalho. Prevê o inciso XXIII do art. 7º da Lei Magna regra sobre adicional para remunerar o trabalho insalubre ou perigoso, mas na forma da lei, ou seja, são aplicados os arts. 192 e 193 da CLT e o § 2º do último artigo.

Há também o entendimento de que a vedação se dá apenas em relação a cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade, os demais adicionais se de natureza distinta podem ser cumulados. A título de exemplo o adicional de hora extra com o de insalubridade, (PAULO; ALEXANDRINO, 2010, p. 238) ou seja, postulando um adicional deverá abrir mão do outro (SARAIVA; SOUTO, 2017, p. 127).

A respeito das convenções da Organização Internacional do Trabalho e sua possível utilização como fundamento para requerer a cumulação do adicional de insalubridade com o de periculosidade Sérgio Pinto Martins (2012, p. 262) ensina:

A Convenção 148 da OIT versa sobre contaminação do ar, ruído e vibrações. Prevê que a utilização de procedimentos, materiais ou substâncias que exponham os trabalhadores a riscos deverá ser comunicada à autoridade competente. Estabelece a Convenção 161 da OIT orientações sobre serviços de saúde do trabalho. Não mencionam as Convenções 148 e 161 da OIT como será pago cada adicional, nem que ele será acumulado. A Convenção 155 da OIT trata de segurança e saúde dos trabalhadores. Foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 2, de 17 de março de 1992, e promulgada pelo Decreto nº 1.254, de 29 de setembro de 1994. Não dispõe no artigo 11, b, que os adicionais de insalubridade e periculosidade devem ser acumulados. [...]O artigo citado versa sobre riscos para a saúde causados por exposição simultânea a várias substâncias e não que os adicionais de insalubridade e periculosidade devem ser pagos de forma acumulada. Trata a Convenção 155 da OIT de risco à saúde e não como o adicional será pago. As Convenções da OIT estabelecem normas gerais. Cada país adota a regra específica que entender mais adequada, atendendo às suas particularidades.

Assim sendo podemos concluir que as normas supracitadas se referem de forma genérica à saúde, proteção à vida, e segurança no trabalho e não objetivamente a cumulação de adicionais de insalubridade e periculosidade.

No mesmo entendimento Barros (2013, p. 520) entende que “os adicionais não se acumulam por disposição expressa de lei. O empregado poderá optar pelo adicional que lhe for mais favorável” apesar de observar que no âmbito do TST hajam precedentes no sentido de cumulação.

Quanto ao momento no qual o trabalhador deverá optar por qual adicionais deseja receber Carrion (2007, p. 231) explica:

A lei impede a acumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade; a escolha de um dos dois pertence empregado (art. 193 S 2º), após o trânsito em julgado da sentença, no processo de conhecimento.

Tal opção, pela sistemática processual e economia de provas, deverá ser feita na petição inicial ou, se o juiz sanear o processo, no início.

Nesse mesmo caminhar Sússekind (2002, p. 917) adiciona que nos casos onde houver mais de um fator insalubre, o de valos mais elevado será considerado, importante esta definição uma vez que o empregado optara pelo adicional mais vantajoso.

Se o trabalhador, urbano ou rural, estiver sujeito aos riscos da insalubridade e da periculosidade, terá de optar por um deles (art. 193, S 22, da CLT). E, sendo vários os fatores determinantes da insalubridade, considera-se apenas o gerador do adicional mais elevado (NR-15, item 3)

Por fim Martins (2012, p. 262) traz a solução para que ocorra o pagamento cumulado dos adicionais "Se se pretende que haja o pagamento do adicional de insalubridade e do de periculosidade ao mesmo tempo, é preciso alterar a redação da Consolidação das Leis do Trabalho. "

Neste momento abordaremos os posicionamentos doutrinários favoráveis à cumulação, iniciemos por Maior (2006, p. 5):

Acumulação de adicionais: como o princípio é o da proteção do ser humano, consubstanciado, por exemplo, na diminuição dos riscos inerentes ao trabalho, não há o menor sentido continuar-se dizendo que o pagamento de um adicional "quita" a obrigação quanto ao pagamento de outro adicional. Se um trabalhador trabalha em condição insalubre, por exemplo, ruído, a obrigação do empregador de pagar o respectivo adicional de insalubridade não se elimina pelo fato de já ter este mesmo empregador pago ao empregado adicional de periculosidade pelo risco de vida que o impôs. Da mesma forma, o pagamento pelo dano à saúde, por exemplo, perda auditiva, nada tem a ver com o dano provocado, por exemplo, pela radiação. Em suma, para cada elemento insalubre é devido um adicional, que, por óbvio, acumula-se com o adicional de periculosidade, eventualmente devido. Assim, dispõe, aliás, a Convenção 155, da OIT, ratificada pelo Brasil.

Fundamentando seu pensamento no princípio da proteção, com a busca constante pela diminuição dos riscos ao trabalhador Maior ensina que uma vez que cada adicional buscar compensar uma situação diferente e específica não há como um adicional quitar a obrigação do empregador pelo outro, nesse mesmo entendimento Buck (2017, p. 16) amplia, definido a possibilidade por fatos distintos:

Neste caso, o objetivo do presente estudo foi demonstrar que, ocorrendo o concurso dos agentes lesivos que, além de colocarem em risco a vida e a integridade física do trabalhador (periculosidade), também afetam a sua saúde (insalubridade), deverá lhe ser concedido o direito da cumulatividade dos dois adicionais, diante das circunstâncias especiais que revestem o caso deste obreiro.

O direito atribuído ao trabalhador de optar por um adicional não exclui, necessariamente, o de cumular o recebimento, vez que fundados os adicionais em pressupostos fáticos diversos.

Não permite a Constituição, em nossa hipótese, que o obreiro que trabalha em um ambiente insalubre, nocivo à sua saúde e, também, perigoso, sujeito a riscos, fique desprotegido. Cada adicional atende a uma situação específica: o de insalubridade visa compensar o trabalhador dos riscos que os agentes insalubres possam acarretar à sua saúde; o de periculosidade, dos riscos a que está sujeito por trabalhar em local no qual interagem os agentes, colocando-o em situação de perigo, expondo sua vida e integridade física. Um adicional, portanto, não pode excluir o outro.

Bem assim deste modo entende-se que se presentes dois ou mais agentes insalubres os mesmos devem cumular, pois cada um afeta a saúde do trabalhador de forma diferente.

Neste mesmo pensamento Leite (2017, p. 446) conclui:

Ora, se o ambiente do trabalho é duplamente mais arriscado para a saúde, a vida e a segurança do trabalhador, ou seja, se a sua atividade laboral lhe assegura o direito a dois adicionais, não faz sentido ele receber apenas um adicional, pois não há *bis in idem* para o empregado (fatos geradores diversos para a percepção dos adicionais de periculosidade e insalubridade), e sim uma vantagem econômica desproporcional para o empregador.

Deste modo além de um direito à cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade é também uma necessidade uma vez que além de objetivamente compensar o trabalhador pelas condições de risco a vida e prejudiciais à saúde também tem por objetivo onerar o empregador para que o mesmo não obtenha desproporcional vantagem econômica e ainda busque pela eliminação das condições perigosas e insalubres. (BUCK, 2017, p. 16)

Com um posicionamento mais neutro, porém aceitando a possibilidade de cumulação dos adicionais Cairo Jr (2017, p. 1002) destaca que apesar da vedação constante na Consolidação das Leis do Trabalho, se observado o texto constitucional este possibilita a cumulação se em conjunto observadas as Convenções nº 148 e nº 155 da Organização Internacional do Trabalho.

#### 4.3 DO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL NO ÂMBITO DO TRT 12 (PERÍODO 07/2016 A 07/2018)

No que tange ao entendimento jurisprudencial no Tribunal Regional da 12ª região foi realizada uma completa pesquisa jurisprudencial no período de julho



de 2016 a julho de 2018 na qual foi pesquisado pelos termos “cumulação adicionais” a pesquisa retornou 137 resultados nos quais 54 a respeito de Adicional de Atividade de Coleta e Distribuição – AACD, 6 com temas diversos, e 77 referentes propriamente a cumulação dos adicionais de periculosidade e insalubridade, adiante veremos o entendimento de alguns julgados.

ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. ACUMULAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 48, ITEM II, DO TRT DA 12ª REGIÃO. Segundo dispõe o item II da Súmula nº 48 da jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, que se adere por política judiciária, "em razão do disposto no art. 193, parágrafo 2º da CLT, não é possível a cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade" (sic).<sup>4</sup>

ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE. CUMULAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. Nos termos do art. 193, § 2º, da CLT, não é possível a cumulação do adicional de periculosidade com o de insalubridade, devendo prevalecer a opção do empregado. Esse dispositivo não foi revogado pela Constituição da República, pois a previsão da Carta Magna (constante no art. 7º, XXIII) garante aos trabalhadores adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei. Fica claro, portanto, que o próprio Constituinte Originário remeteu a percepção dos adicionais às normas dispostas pelo legislador ordinário, as quais, no caso, estão na Consolidação das Leis do Trabalho.<sup>5</sup>

ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE. PERCEPÇÃO SIMULTÂNEA. DEDUÇÃO. Constatado que o autor tem jus ao adicional de periculosidade, é vedada a cumulação ex vi legis (art. 193, § 2º, CLT), devendo ser observada a dedução de valores já satisfeitos e integrados a título de adicional de insalubridade. Incidência dos ditames da Súmula nº 48, item II, deste Regional.<sup>6</sup>

CUMULAÇÃO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. IMPOSSIBILIDADE. Na dicção do § 2º do art. 193 da CLT, não é possível a percepção cumulativa dos adicionais de periculosidade e insalubridade, ficando facultado ao empregado, no caso de exposição a condições de trabalho insalubres e perigosas, optar pelo adicional mais vantajoso.<sup>7</sup>

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. AGENTES DIVERSOS. CUMULAÇÃO. POSSIBILIDADE. No caso de o trabalhador estar submetido a agentes

---

<sup>4</sup> BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL DA DECIMA SEGUNDA REGIÃO. RO - 0000470-24.2016.5.12.0030 , Rel. NARBAL ANTONIO DE MENDONCA FILETI , 4ª Câmara , Data de Assinatura: 06/07/2018.

<sup>5</sup> BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL DA DECIMA SEGUNDA REGIÃO. RO - 0000515-69.2017.5.12.0005 , Rel. ROBERTO LUIZ GUGLIELMETTO , 3ª Câmara , Data de Assinatura: 14/06/2018.

<sup>6</sup> BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL DA DECIMA SEGUNDA REGIÃO. RO - 0000573-09.2016.5.12.0005 , Rel. NARBAL ANTONIO DE MENDONCA FILETI , 1ª Câmara , Data de Assinatura: 06/06/2017.

<sup>7</sup> BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL DA DECIMA SEGUNDA REGIÃO RO - 0000317-76.2016.5.12.0034 , Rel. MIRNA ULIANO BERTOLDI , 6ª Câmara , Data de Assinatura: 25/08/2017.

insalubres diversos, faz jus à percepção acumulada de tantos adicionais quantos forem os agentes a que estiver exposto, pois os adicionais pleiteados, apesar de conterem a mesma denominação e derivarem de uma mesma razão - exposição a ambiente laboral insalubre - possuem causas e fatos geradores diversos. Com efeito, se verificado no caso concreto que mais de um agente agressivo no ambiente de trabalho causa mal à saúde do trabalhador, sua remuneração deve corresponder a esta múltipla dimensão. Vale dizer, considerando que os agentes insalubres podem provocar doenças ao trabalhador, estando ele exposto a mais de um agente, certamente o risco de contrair uma doença é maior, o que deve contar com a correspondente majoração salarial. Ou seja, se o dano à sua saúde é agravado pela ação de mais de uma condição insalubre, tal aspecto deve ser compensado pelo empregador, mesmo porque é ele quem deve assumir os riscos do negócio (art. 2º da CLT), não se olvidando que a proteção à saúde do trabalhador e o foco no ambiente de trabalho sadio deve ocorrer na forma mais ampla possível (art. 157 da CLT, arts. 7º, inc. XXII, e 225 da CRFB/88, art. 19, § 1º, da Lei nº 8.213/91, Convenção nº 155 da OIT e regulamentação prevista na Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego), com fundamento, ainda, no inc. V do art. 5º da CF, o qual assegura indenização proporcional ao dano, bem como no princípio da dignidade da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho (art. 1º, incs. III e IV, da CF).<sup>8</sup>

No período pesquisado todas as decisões foram desfavoráveis, motivadas em sua maioria pela Súmula nº 48 do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, que possui a seguinte redação:

SÚMULA N.º 48 - "ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. CUMULAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. I - Com a edição da Súmula Vinculante nº 4 do STF, impõe-se a utilização do salário mínimo como base de cálculo do adicional de insalubridade, salvo previsão mais favorável estabelecida em acordo ou convenção coletivos. II - Em razão do disposto no art. 193, parágrafo 2º da CLT, não é possível a cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade."

Desta feita, desde a edição da Súmula nº 48 as decisões são desfavoráveis ainda que alguns desembargadores possuíssem entendimento contrário como a Excelentíssima Desembargadora Vivian Colucci.

Além da motivação no sentido que de o artigo 193, § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho, veda a percepção acumulada, estabelecendo apenas a opção mais vantajosa pelo empregado.

---

<sup>8</sup> BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL DA DECIMA SEGUNDA REGIÃO. RO - 0000949-67.2015.5.12.0057, Rel. VIVIANE COLUCCI, 1ª Câmara, Data de Assinatura: 19/10/2016.

#### 4.4 DO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL NO ÂMBITO DO TST (PERÍODO 07/2016 A 07/2018)

Ante o exposto, considerando as supracitadas decisões dos julgados do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região veremos julgados no posicionamento do Tribunal Superior do Trabalho sobre cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade.

Seguindo os mesmos parâmetros de pesquisa jurisprudencial no período de julho de 2016 a julho de 2018, repetindo os termos “cumulação adicionais” a pesquisa retornou 433 resultados nos quais foram obtidas 42 decisões favoráveis referentes propriamente a cumulação dos adicionais de periculosidade e insalubridade.

Acórdãos favoráveis à cumulação do Tribunal Superior do Trabalho.

I - RECURSO DE REVISTA DO RECLAMADO - INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS Nº 13.015/2014 E 13.105/2015. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO. Na Justiça do Trabalho, os pressupostos para deferimento dos honorários advocatícios, previstos no art. 14 da Lei nº 5.584/70, são cumulativos, sendo necessário que o trabalhador esteja representado pelo sindicato da categoria profissional e, ainda, que perceba salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal ou, recebendo maior salário, comprove situação econômica que não lhe permita demandar, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família. Ausente a assistência sindical, são indevidos os honorários assistenciais. Inteligência das Súmulas 219 e 329/TST. Recurso de revista conhecido e provido. II - RECURSO DE REVISTA ADESIVO DO RECLAMANTE - INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DAS LEIS Nº 13.015/2014 E 13.105/2015. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO COM O ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. O art. 193 da CLT, que se reporta ao adicional de periculosidade, dispõe, em seu § 2º, que o empregado pode optar pelo adicional de insalubridade. Em exercício hermenêutico desse comando, usualmente procedido pelas Cortes Trabalhistas, é comum concluir-se que, mesmo exposto o trabalhador, simultaneamente, a agentes potencialmente nocivos à saúde e geradores de risco à integridade física ou à vida, não acumularia dois adicionais, de periculosidade e de insalubridade, devendo observar a determinação da lei quanto à opção. Ora, é cediço que as normas atinentes à saúde ostentam caráter de ordem pública e, portanto, são inderrogáveis pela vontade das partes. E, por esse viés, cabe ao empregador zelar pelo meio ambiente laboral saudável, buscando eliminar os riscos que atentam contra a saúde do trabalhador (art.7º, XXII, da CF). Dessa forma, o pagamento pelo trabalho em condições diferenciadas, entre elas as de exposição a riscos à saúde, integridade física e vida do trabalhador, não apenas visa a remunerar as condições especiais do labor, como também a encarecer a mão de obra, objetivando a realização, pelo empregador, da efetiva diminuição ou eliminação dos riscos. No entanto, em face da impossibilidade de se alcançar um ambiente totalmente isento dos riscos à saúde, o pagamento dos adicionais visa compensar o risco à saúde e à vida e a integridade do trabalhador. Os arts. 190 e 193 da CLT, que preveem o pagamento dos adicionais de insalubridade e de periculosidade,

embora sejam taxativos quanto à caracterização das atividades insalubres e perigosas pelo Ministério do Trabalho, não trazem nenhuma vedação para a sua cumulação, inclusive porque visam remunerar situações distintas de gravame à saúde. Os referidos dispositivos, em especial o § 2º do art. 193, devem ser interpretados à luz da Constituição Federal, notadamente em face dos princípios nela insculpidos, tais como os da dignidade da pessoa humana, da valorização social do trabalho, da proteção à saúde e meio ambiente do trabalho e do princípio da redução dos riscos inerentes ao trabalho, visto que a saúde e a integridade física não se vendem e não se compram, preservam-se, sendo fundamentais à dignidade do ser humano. Sabido que a insalubridade compromete a saúde do trabalhador, enquanto a periculosidade expõe a risco a sua vida ou integridade física, não haveria sentido falar-se em opção por um deles, na medida em que a escolha de um dos adicionais não elimina a incidência do outro. No momento em que o empregado é obrigado a optar por um dos adicionais, com agentes agressores diversos, estar-se-ia precarizando o postulado nos arts. 6º e 194 da Constituição Federal, de que a saúde é um direito social e no art. 7º, XXIII, da Constituição Federal, que prevê o pagamento do adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas. Convém ressaltar que as Convenções 148 e 155 da Organização Internacional do Trabalho, ratificadas pelo Brasil, recomendam interpretação mais ampla, ou, ao menos, mais voltada ao aprimoramento das condições de trabalho e extensão da proteção a que o empregado faz jus, estabelecendo limites aos riscos profissionais. Assim, em face de a Constituição Federal, no artigo 7º, XXIII, ter garantido de forma plena o direito ao recebimento dos adicionais de penosidade, insalubridade e periculosidade, sem nenhuma ressalva quanto à cumulação, não estaria recepcionado o dispositivo da CLT. Procurando, no entanto, estabelecer o sentido e alcance da norma celetista à luz da Constituição de 1988, com interpretação conforme à Lei Maior, chego à conclusão de que o intuito da norma, em relação à opção por um dos adicionais, diz respeito a fatos que levam simultaneamente a uma situação de insalubridade e de risco. E aí a opção por um dos adicionais se impõe, com recepção da norma celetista. Por esse prisma, a interpretação a ser conferida à norma não pode ser a mesma quando os fatos geradores da insalubridade e da periculosidade são diversos e não se confundem. Nesta hipótese, a norma do art. 193, § 2º, da CLT não incide, pelo simples fato de que não há opção a ser feita. São fatores distintos e cada qual faz incidir o adicional correspondente. Interpretação distinta corresponderia a negar um direito fundado na Constituição Federal. Assim, por quaisquer dos enfoques que se pretenda, seja pela não recepção do art. 193, § 2º, da CLT pela Constituição Federal, seja pela sua interpretação conforme aos princípios constitucionais, entendo plenamente cabível a cumulação dos adicionais de periculosidade e de insalubridade quando as circunstâncias que os ensejarem forem diversas. É precisamente a hipótese em exame, ao extrair-se dos autos que o autor estava sujeito ao agente perigoso inflamáveis e ao agente insalubre frio quando atuava em câmara fria. Recurso de revista conhecido, por violação do artigo 193, § 2º, da CLT, e provido.<sup>9</sup>

Nesta decisão temos como principais pontos favoráveis a cumulação. Não haver vedação expressa pois visam remunerar situações distintas, o relator sugere que o § 2º do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho seja interpretado sob o ponto de vista da Constituição Federal mais especificadamente o artigo 7º, XXII,

---

<sup>9</sup> BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. RR - 21024-82.2014.5.04.0026 , Redator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 07/06/2017, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 03/07/2017.

em especial os direitos fundamentais a dignidade do ser humano, argumenta ainda o relator a respeito das Convenções 148 e 155 da Organização Internacional do Trabalho estas ratificadas pelo Brasil as quais buscam aprimorar as condições de trabalho, limitar os riscos aos profissionais e proteger o empregado, por fim interpreta o artigo 193, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho no sentido de caso os fatos geradores de insalubridade e periculosidades distintos, a cada fato incidirá o adicional correspondente.

A)AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO. AGENTES DE RISCO DISTINTOS. NÃO RECEPÇÃO DO ART. 193, § 2º, DA CLT, PELO ART. 7º, XXIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ARTIGO 8.3 DA CONVENÇÃO 148 DA OIT E ART. 11-B DA CONVENÇÃO 155 DA OIT. "STATUS" DE NORMA SUPRALEGAL. Demonstrado no agravo de instrumento que o recurso de revista preenchia os requisitos do art. 896 da CLT, dá-se provimento ao agravo de instrumento para melhor análise da arguição de violação do art. 7º, XXIII da CF, suscitada no recurso de revista. Agravo de instrumento provido. B)RECURSO DE REVISTA. PROCESSO SOB A ÉGIDE DA LEI 13.015/2014. ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO. AGENTES DE RISCO DISTINTOS. NÃO RECEPÇÃO DO ART. 193, § 2º, DA CLT, PELO ART. 7º, XXIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ARTIGO 8.3 DA CONVENÇÃO 148 DA OIT E ART. 11-B DA CONVENÇÃO 155 DA OIT. "STATUS" DE NORMA SUPRALEGAL. A Ciência do Direito informa que a Constituição representa fonte normativa dotada de prevalência na ordem jurídica. Ela é que confere validade - fundamento e eficácia - a todas as demais normas jurídicas existentes em determinado contexto jurídico nacional. Observe-se que o fundamento de validade surge, em geral, por abstração negativa, o que significa que a norma infraconstitucional será válida e eficaz desde que não agride o comando ou princípio constitucional estabelecido. O cotejo das normas jurídicas infraconstitucionais com os princípios e regras constitucionais provoca, como se sabe, distintos fenômenos relevantes. Trata-se da revogação, da recepção e da invalidação. A revogação ocorre quando a antiga norma infraconstitucional é suprimida da ordem jurídica, tácita ou expressamente, por não se compatibilizar com o novo quadro constitucional emergente. A recepção, por sua vez, acontece quando a antiga norma infraconstitucional preserva-se na ordem jurídica, por se mostrar compatível com o novo quadro constitucional emergente. Finalmente, a invalidação se passa quando a norma produzida choca-se com a ordem constitucional em vigor, esterilizando-se por declaração de inconstitucionalidade. Em resumo, se a norma for editada após o advento da nova ordem constitucional, a avaliação circunscreve-se à declaração de inconstitucionalidade ou constitucionalidade das leis e atos normativos. Se a norma infraconstitucional for anterior à nova Constituição e com ela compatível, será recepcionada; se incompatível, será revogada. Trata-se, essa última hipótese, do fenômeno da "não recepção" das normas jurídicas infraconstitucionais. Na presente hipótese, avalia-se a recepção do art. 193, § 2º, da CLT, ali inserido pela Lei 6.514/77, pela Constituição Federal promulgada em 1988. E a resposta é negativa. Os incisos XXII e XXIII do art. 7º da CF resguardam o direito dos trabalhadores ao recebimento dos adicionais de insalubridade, periculosidade e penosidade sem qualquer restrição quanto à cumulação, remetendo à lei ordinária a sua regulação, a qual se dá pela CLT e demais normas infraconstitucionais.

Trata-se, assim, de norma de eficácia contida, ou seja, depende de emissão de uma normatividade futura para alcançar plena eficácia. Esse preceito, entretanto, possui relevante eficácia jurídica, isto é, tem aptidão para obstar a edição de normas infraconstitucionais em sentido antitético ou incompatível ao incorporado no preceito constitucional vigente, invalidando - ou revogando, como na hipótese - tais normas antagônicas. Além da força vinculante da Constituição, a República Federativa do Brasil incorporou ao ordenamento jurídico interno as Convenções Internacionais 148, promulgada por meio do Decreto n. 93.413, de 15.10.86, com vigência a partir de 14.01.83, e 155, promulgada pelo Decreto n. 1.254, de 29.9.94, com vigência a partir de 18.5.1993, ambas da OIT. A Convenção nº 148 estabelece diversas propostas relativas ao meio ambiente de trabalho, notadamente em relação à contaminação atmosférica, ruído e vibrações. Por sua vez, a Convenção 155 trata da segurança e saúde dos trabalhadores, adotando diversas proposições relativas à segurança, à higiene e ao meio ambiente do trabalho. Ressalta-se que, no Direito do Trabalho, as Convenções da OIT, quando ratificadas pelo Estado brasileiro, têm se tornado importantes fontes formais justralhistas no País. Não há dúvida de que a jurisprudência do País (STF), por décadas, considerou que esses diplomas internacionais, ao ingressarem na ordem jurídica interna, fazem-no com o status infraconstitucional. Isso significa que se submetem, inteiramente, ao crivo de constitucionalidade; nesta medida, podem ser declarados inválidos, mesmo após ratificados, se existente afronta a regra ou princípio insculpido na Constituição brasileira. Registre-se que a Reforma do Judiciário, promulgada em dezembro de 2004 (EC. 45/04), passou a conferir status de emenda constitucional a tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que tenham sido aprovados com o rito e quorum similares aos de emenda. Cabe ressaltar que o Supremo Tribunal Federal, em sessão de dezembro de 2008, modificou, em parte, sua jurisprudência sobre o status normativo das regras internacionais ratificadas pelo Brasil. Fixou o patamar supralegal dessas regras (acima das leis ordinárias e complementares), desde que referentes a convenções e tratados internacionais sobre direitos humanos (o status clássico, de simples diploma legal, ficou preservado para a generalidade dos documentos internacionais ratificados). A alteração interpretativa tem de ser integrada a um quadro de avanço hermenêutico e cultural, e não de retrocesso. Desse modo, havendo aparente conflito entre normas internacionais ratificadas e o Direito interno, deve prevalecer a norma e a interpretação mais favoráveis à pessoa humana a quem se destina a tutela jurídica. O mesmo se aplica a normas de tratados e convenções internacionais de direitos trabalhistas - que têm óbvia natureza de direitos humanos: em situação de aparente conflito entre preceitos internacionais ratificados (as Convenções citadas, por exemplo) e preceitos legais internos, prevalece o princípio da norma mais favorável ao trabalhador, quer no que tange ao critério de solução do conflito normativo, quer no que diz respeito ao resultado interpretativo alcançado. Com relação ao caso concreto, acerca da possibilidade de cumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, não há dúvida de que as disposições que mais se harmonizam com os referidos preceitos e com as normas constitucionais de proteção do trabalhador são aquelas previstas nas Convenções 148 e 155 da OIT (que possuem status supralegal, isto é, acima das leis ordinárias e complementares, mas abaixo da Constituição) - em detrimento da regra do art. 193, § 2º, da CLT -, devendo, portanto, prevalecer a possibilidade de cumulação dos adicionais de periculosidade e insalubridade. Há de se ponderar, contudo, que essa cumulação apenas se faz cabível quando a incidência de referidos adicionais seja decorrente de agentes de risco distintos - haja vista que, se a periculosidade e a insalubridade tiverem como causa o mesmo fato, mantém-se a necessidade de o empregado fazer a opção pelo adicional mais vantajoso. Trata-se, com efeito, de parcelas sumamente distintas, que não se compensam, nem se substituem, não podendo ser deduzidas. Desse

modo, por força do texto normativo do art. 7º, XXII e XXIII da CF, combinado com o art. 11-b, da Convenção 155 da OIT, o sentido do art. 193, § 2º, CLT, tem de ser considerado como não recepcionado (revogado) pela nova ordem jurídica constitucional estabelecida com a Constituição Federal promulgada em 1988, para permitir a acumulação das parcelas diferentes, porém não a duplicidade de pagamento da mesma verba pela ocorrência de duplo fator agressivo. Ou seja, não se pagam, é óbvio, dois adicionais de insalubridade em vista da existência de dois agentes insalubres, pois a verba é a mesma; porém pagam-se as duas verbas distintas (insalubridade e periculosidade), caso existam seus fatores específicos e distintos de incidência. Por fim, quanto à possibilidade de os Tribunais manifestarem-se sobre a recepção constitucional por meio de órgão fracionário, o Supremo Tribunal Federal, em diversos julgamentos, considerou que a cláusula de reserva de plenário (full bench), prevista no art. 97 da CF/88, somente se aplica às leis e atos normativos do Poder público editados sob a égide da atual Constituição, não se aplicando, desse modo, ao fenômeno da recepção/não recepção (caso dos autos). Julgados do STF. Assim, em razão da necessidade de nova compreensão desta Corte acerca da cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade à luz dos parâmetros acima citados, não se pode considerar que o art. 193, § 2º, da CLT, tenha sido recepcionado pela Constituição Federal de 1988, razão pela qual se possibilita a percepção conjunta dos adicionais de insalubridade e de periculosidade. Recurso de revista conhecido e provido.

10

Na supracitada decisão, o relator entendeu no sentido de predominar a Constituição Federal mais recente sobre as normas infraconstitucionais antigas, uma vez que em seu entendimento não houve a recepção da norma antiga, o relator explana a respeito da Convenção nº 148 que trata do meio ambiente de trabalho, principalmente a respeito de contaminação atmosférica, ruído e vibrações, e ainda a Convenção nº 155 sobre segurança e saúde dos empregados, consideradas importantes fontes para a justiça do trabalho, e como elas prevalecem sobre a regra do artigo 193, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho, ainda seguindo o mesmo pensamento da jurisprudência anterior destaca que a possibilidade de cumulação ocorre apenas quando se tratarem de fatos distintos os adicionais de periculosidade e insalubridade, por fim fundamenta sua decisão no artigo 7º, XXII e XXIII da Constituição Federal, combinado com o artigo 11-b, da Convenção nº 155 da Organização Internacional do Trabalho, prevalecendo sobre o antigo artigo 193, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.

RECURSO DE REVISTA DA RECLAMADA. LEI Nº 13.015/2014. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. CUMULAÇÃO. ATIVIDADES DISTINTAS. Preenchidas as exigências do art.

---

<sup>10</sup> BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. RR - 1660-46.2015.5.18.0141 , Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 14/06/2017, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/06/2017.

896, §1º-A, da CLT. Sobre a matéria há decisão da SBDI-1 do TST no E-ARR-1081-60.2012.5.03.0064: "(...) 5. Entretanto, interpretação teleológica, afinada ao texto constitucional, da norma inscrita no art. 193, § 2º, da CLT, conduz à conclusão de que a opção franqueada ao empregado, em relação à percepção de um ou de outro adicional, somente faz sentido se se partir do pressuposto de que o direito, em tese, ao pagamento dos adicionais de insalubridade e de periculosidade deriva de uma única causa de pedir. 6. Solução diversa impõe-se se se postula o pagamento dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, concomitantemente, com fundamento em causas de pedir distintas. Uma vez caracterizadas e classificadas as atividades, individualmente consideradas, como insalubre e perigosa, nos termos do art. 195 da CLT, é inarredável a observância das normas que asseguram ao empregado o pagamento cumulativo dos respectivos adicionais - arts. 192 e 193, § 1º, da CLT. Trata-se de entendimento consentâneo com o art. 7º, XXIII, da Constituição Federal de 1988. Do contrário, emprestar-se-ia tratamento igual a empregados submetidos a condições gravosas distintas: o empregado submetido a um único agente nocivo, ainda que caracterizador de insalubridade e também de periculosidade, mereceria o mesmo tratamento dispensado ao empregado submetido a dois ou mais agentes nocivos, díspares e autônomos, cada qual em si suficiente para gerar um adicional. Assim, se presentes os agentes insalubre e de risco, simultaneamente, cada qual amparado em um fato gerador diferenciado e autônomo, em tese há direito à percepção cumulativa de ambos os adicionais". No âmbito das Turmas há julgados no mesmo sentido invocando o E-ARR-1081-60.2012.5.03.0064. No caso concreto, há causas de pedir distintas quanto aos adicionais de insalubridade e periculosidade. De todo modo, na discussão sobre o pedido de cumulação dos adicionais de periculosidade e insalubridade, o mais adequado será dizer que a cumulação é viável quando haja atividades distintas, uma delas expondo o trabalhador a agente insalubre e outra expondo-o a agente perigoso. No caso concreto, a reclamante, empregada de indústria de produtos alimentícios, trabalhava diretamente na produção de chocolates e, também, como auxiliar de controle de qualidade dos chocolates produzidos, ficando sujeita a agente insalubre (câmara fria) e a agente perigoso (tubulação de gases inflamáveis sujeitos a explosão). Logo, não se trata de cumulação de adicionais pela mesma atividade, mas sim por atividades diferentes. Recurso de revista de que não se conhece. SUSPEIÇÃO DE TESTEMUNHA QUE LITIGA CONTRA IDÊNTICO EMPREGADOR. RECURSO FUNDAMENTADO APENAS EM DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL IMPRESTÁVEL. Não há como se conhecer de recurso de revista fundamentado apenas em divergência jurisprudencial, cujos arestos são provenientes de Turmas desta Corte. Incidência do art. 896, "a", da CLT. Recurso de revista não conhecido. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. INGRESSO EM CÂMARA FRIA. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. EXPOSIÇÃO A INFLAMÁVEIS. HORAS EXTRAORDINÁRIAS. ADICIONAL NOTURNO. HONORÁRIOS PERICIAIS. COTA PARTE DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INOBSERVÂNCIA DO ART. 896, § 1º-A, I, DA CLT. Não se conhece de recurso de revista, interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, quando a recorrente deixa de transcrever o trecho da decisão regional a ser examinado por esta Corte, requisito de admissibilidade descrito pelo art. 896, § 1º-A, I, da CLT. Essa circunstância impede a demonstração analítica da violação dos dispositivos de lei indicados (art. 896, § 1º-A, III, da CLT). Recurso de revista não conhecido. <sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. RR - 11474-18.2014.5.15.0039 , Redatora Ministra: Kátia Magalhães Arruda, Data de Julgamento: 05/10/2016, 6ª Turma, Data de Publicação:



Esta jurisprudência inicia sua decisão no sentido de estar fixado no artigo 193 § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho que o empregado deverá optar por um ou outro adicional quando houver uma única causa de pedir, assim sendo, em casos onde os adicionais de insalubridade e periculosidade derivarem de causas distintas a ele caberá receber ambos, nesse sentido o relator alinhou os artigos 192 e 193, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho que possibilitam os adicionais ao artigo 7º, XXIII, da Constituição Federal de 1988 ser fazer menção ao § 2º do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho.

RECURSO DE REVISTA. NÃO REGIDO PELA LEI 13.015/2014. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO. FATOS GERADORES DISTINTOS. O Tribunal Regional reformou a sentença para condenar a Reclamada ao pagamento dos adicionais de periculosidade e de insalubridade de forma cumulada. A Corte de origem, realizando um controle de convencionalidade, concluiu que o art. 193, § 2º, da CLT não pode ser aplicado, em face do que dispõe o art. 11, b, da Convenção 155 da OIT, ratificada pelo Brasil, segundo o qual todos os riscos à saúde decorrentes da exposição simultânea a diversos agentes ou substância devem ser considerados. Com efeito, a Subseção Especializada em Dissídios Individuais deste TST, ao analisar o processo E-ARR-1081-60.2012.5.03.0064 (sessão do dia 28/4/2016), firmou entendimento de que a vedação de cumulatividade dos adicionais de insalubridade e periculosidade, nos termos do art. 193, § 2º, da CLT, não se revela absoluta. Afirma a necessidade de uma interpretação teleológica e conforme a Constituição Federal, de modo que a mencionada vedação justifica-se apenas nas hipóteses em que os adicionais decorrem da mesma causa de pedir. Desse modo, a SBDI-1 entende que, restando comprovada a existência de dois fatos geradores distintos, específicos para cada um dos adicionais, deve ser reconhecido o direito à sua percepção de forma cumulativa. No caso dos autos, segundo o quadro fático delineado pelo Tribunal Regional, restou comprovada a origem distinta de cada um dos adicionais. No que se refere ao adicional de insalubridade, o Regional consignou que a função do Reclamante, que trabalhava no almoxarifado, consistia em levar kits de material para cada setor. Ao realizar entregas no setor de laminação, várias vezes por dia, podendo permanecer de cinco minutos a uma hora, ficava exposto à concentração de poeira respirável (sílica livre) acima dos limites de tolerância, sem usar qualquer proteção adequada, conforme restou apurado pela perícia. Quanto ao adicional de periculosidade, concluiu o Regional, com amparo no laudo pericial, que o Reclamante se ativava em área de risco, na medida em que "ingressava na área de produção das lanchas de 300 a 500, para entrega dos kits solicitados, neste local ficam vários produtos químicos inflamáveis, entre estes, resinas, conforme Figura B e C, armazenadas em tambores de 225 kg de resina poliéster não saturado, PolyLite 10228-30, inflamável, grupo III, além de outras latas fechadas e abertas contendo o mesmo produto". Pelas razões expostas, o TRT concluiu que o Reclamante deve perceber o adicional de insalubridade em razão dos males causados à sua saúde, decorrentes da exposição a agentes agressivos, ao passo que o adicional de periculosidade se faz devido pela exposição ao risco potencial de acidente. Assim, em atendimento à jurisprudência da SBDI-1 do TST, uma

vez que comprovados nos autos os distintos fatos geradores dos adicionais de periculosidade e insalubridade, deve ser reconhecido o direito à sua cumulação, mediante a interpretação do artigo 193, § 2º, da CLT, à luz do artigo 7º, XXIII da Constituição Federal. Recurso de revista não conhecido.

12

Na última decisão colhida o relator baseia sua decisão no sentido de caso sejam distintos os fatos que originam o direito aos adicionais de periculosidade e insalubridade estes devem ser percebidos de forma cumulativa, decisão fundamentada pela decisão da Subseção Especializada em Dissídios Individuais - SBDI-1 E-ARR-1081-60.2012.5.03.0064 do Tribunal Superior do Trabalho.

Em sentido contrário destacam-se as seguintes decisões no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. CUMULATIVIDADE DOS ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE. APLICAÇÃO DO ARTIGO 193, § 2.º, DA CLT. IMPOSSIBILIDADE. PREVALÊNCIA DO DISPOSITIVO, MESMO APÓS A CF DE 1988. O art. 193, § 2.º, veda a cumulação dos adicionais de periculosidade e insalubridade, permitindo em tais casos apenas que o empregado faça a opção pelo adicional que lhe for mais benéfico, prevalecendo no âmbito desta Corte o entendimento de que o referido dispositivo legal não foi derogado pela promulgação da Constituição Federal de 1988. Ademais, recentes decisões, firmadas no âmbito da SBDI-1, sinalizam para a constatação de que "as Convenções n.os 148 e 155 da OIT, em especial, não contêm qualquer norma explícita em que se assegure a percepção cumulativa dos adicionais de periculosidade e de insalubridade em decorrência da exposição do empregado a uma pluralidade de agentes de risco distintos"(E-ARR-1081-60.2012.5.03.0064, Relator Ministro João Oreste Dalazen, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 17/6/2016). Registre-se que o Regional nada esclareceu a respeito da diferenciação de fatos geradores, o que faz atrair sobre a hipótese dos autos o clássico fundamento jurídico da impossibilidade de cumulação dos adicionais epigrafados. Agravo de Instrumento conhecido e não provido.<sup>13</sup>

Nesta primeira decisão o relator argumenta no sentido de o artigo 193 § 2º da Consolidaç não foi anulado pela Constituição Federal, além de discorrer a respeito das Convenções nº 148 e 155 da Organização Internacional do Trabalho nas quais ele afirma não haver norma expressa que autorize a cumulação de

---

<sup>12</sup> BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. RR - 4033-75.2012.5.12.0059 , Relator Ministro: Douglas Alencar Rodrigues, Data de Julgamento: 28/09/2016, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 07/10/2016.

<sup>13</sup> BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. AIRR - 11768-38.2015.5.15.0006 , Relatora Ministra: Maria de Assis Calsing, Data de Julgamento: 14/03/2018, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 16/03/2018.

adicionais de insalubridade e periculosidade mesmo quando originados de fatos distintos.

RECURSO DE REVISTA. REGIDO PELA LEI 13.015/2014. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. CUMULAÇÃO. FATOS GERADORES DISTINTOS. IMPOSSIBILIDADE. Discute-se, no caso, a possibilidade de recebimento cumulado dos adicionais de insalubridade e periculosidade. O Tribunal Regional entendeu ser possível tal cumulação, em razão da existência de causas de pedir distintas. Contudo, cumpre salientar, que a SBDI-1 desta Corte Superior, na sessão do dia 13/10/2016, publicada em 08/09/2017, ao examinar o recurso E-RR-1072-72.2011.5.02.0384, de Relatoria do Min. Renato de Lacerda Paiva, decidiu, por maioria, não ser possível a cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade, mesmo havendo exposição do empregado a agentes diversos, conforme disposto pelo artigo 193, § 2º, da CLT. Nesse cenário, em atendimento à mais recente jurisprudência da SBDI-1 do TST, conclui-se que o Tribunal Regional, ao deferir a cumulação dos adicionais de periculosidade e de insalubridade, ainda que decorrentes de fatos geradores distintos, violou o artigo 193, § 2º, da CLT. Recurso de revista conhecido e provido.<sup>14</sup>

O relator nesta decisão, se utiliza da jurisprudência firmada pelo SBDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho para justificar sua decisão desfavorável, mesmo quando o empregado se expor a agentes distintos para insalubridade e periculosidade.

RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE E DE INSALUBRIDADE. CUMULAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. Este Tribunal Superior, após interpretação literal do artigo 193, § 2º, da CLT, firmou o entendimento de impossibilidade de cumulação de recebimento dos adicionais de periculosidade e de insalubridade, independentemente de o pedido de cumulação ser fundamentado em distintas causas de pedir. Ao ser prevista a opção entre um adicional e o outro, depreende-se que ao empregado ficou inviabilizada a percepção de ambos os adicionais simultaneamente. Assim, se o reclamante recebia o pagamento do adicional de insalubridade e entende que a percepção do adicional de periculosidade lhe será mais vantajosa, poderá optar por deixar de recebê-lo e passar a receber o outro, ou vice-versa. Nesse contexto, o Regional, ao considerar possível a cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade, decidiu em dissonância com a jurisprudência prevalecente nesta Corte superior. Recurso de revista conhecido e provido.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. RR - 11019-89.2015.5.03.0156 , Relator Ministro: Douglas Alencar Rodrigues, Data de Julgamento: 06/12/2017, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/12/2017.

<sup>15</sup> BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. ARR - 10257-60.2016.5.03.0052 , Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 05/12/2017, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 07/12/2017.

Na terceira amostra, fez-se interpretação de legislação infraconstitucional e anexou o entendimento consolidado do Tribunal Superior do trabalho, no qual o empregado deve optar por um ou outro adicional, ainda que faça jus a dois.

AGRAVO DE INSTRUMENTO 2. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE E DE INSALUBRIDADE. CUMULAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO. Cinge-se a controvérsia em estabelecer se existe a possibilidade de cumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, quando as funções desempenhadas sejam insalubres e perigosas. O § 2º do artigo 193 da CLT assegura ao empregado a possibilidade de optar, caso a função desempenhada seja concomitantemente insalubre e perigosa, pelo adicional que lhe seja mais vantajoso, a saber: o de periculosidade ou o de insalubridade. A respeito da matéria, esta egrégia SBDI-1, no julgamento do Processo TST-E-RR-1072-72.2011.5.02.0384, Rel. Min. Renato de Lacerda Paiva, julgado em 13.10.2016, firmou o entendimento de que a teor do artigo 193, § 2º, da CLT é vedada a percepção cumulativa dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, em toda e qualquer circunstância, independentemente de o pedido de cumulação de adicionais derivar de causas de pedir distintas ou não. Assim, a decisão que indeferiu o pedido de percepção acumulada dos adicionais em questão está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior. Precedentes. Incidência do óbice da Súmula nº 333 e do artigo 896, § 7º, da CLT. Recurso de revista de que não se conhece.<sup>16</sup>

Seguindo o mesmo entendimento do julgado anterior decidiu de forma desfavorável baseando-se no entendimento extraído do processo TST-E-RR-1072-72.2011.5.02.0384, do Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva no qual entende-se que para o artigo 193, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho é vedada a cumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade.

RECURSO DE REVISTA. LEI N.º 13.015/2014. ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE. CUMULAÇÃO INDEVIDA. 1. O artigo 193, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho, recepcionado pela Constituição da República de 1988, preconiza caber ao empregado a opção quanto ao adicional que porventura lhe seja devido. 2. Na hipótese dos autos, deferiu-se ao obreiro o pagamento do adicional de insalubridade cumulado com o adicional de periculosidade, durante todo o período em que mantido o vínculo de emprego. 3. Nos termos do referido dispositivo legal, não há falar em cumulação de recebimento dos adicionais de periculosidade e de insalubridade, sendo que o reclamante deve optar pelo adicional que deseja receber. 4. Precedentes deste Tribunal Superior. 5. Recurso de Revista conhecido e provido.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. ARR - 2944-40.2012.5.12.0019 , Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, Data de Julgamento: 11/10/2017, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 20/10/2017.

<sup>17</sup> BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. RR - 674-28.2015.5.21.0006 , Relator Ministro: Lelio Bentes Corrêa, Data de Julgamento: 09/08/2017, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/08/2017.

Nesse mesmo caminhar o entendimento foi na linha da interpretação literal do artigo 193 § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho, considerando a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO RECLAMANTE SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 13.015/2014. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE. CUMULAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DA SBDI-1 DO TST. I - Cinge-se a controvérsia acerca da possibilidade de percepção cumulada dos adicionais de periculosidade e de insalubridade, quando o empregado exerce concomitantemente funções expostas a agentes agressivos à saúde e a risco de vida. II - Segundo preconiza o artigo 193, § 2º, da CLT: "São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a: (Redação dada pela Lei nº 12.740, de 2012)(...) § 2º- O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)". III - Forçoso, reconhecer, portanto, o comando expresso, claramente discernível na literalidade da norma consolidada, quanto à necessidade de o empregado, no exercício de atividades em condições perigosas e insalubres, fazer a opção pelo adicional que lhe seja mais vantajoso. IV - Com isso, atento à regra de hermenêutica, agiganta-se a certeza de não ser possível o pagamento cumulativo dos adicionais de periculosidade e insalubridade, em estrita observância ao teor impositivo do artigo 193, § 2º, da CLT. V - No mais, se o Poder Judiciário se abalasse a adotar a tese da cumulatividade dos adicionais de periculosidade e de insalubridade, estaria a declarar a inconstitucionalidade do artigo 193, § 2º, da CLT sem a observância da cláusula de reserva do plenário prevista no artigo 97 da Constituição e da Súmula Vinculante nº 10 do excelso STF. VI - Nessa linha, a SBDI-1 desta Corte, recentemente, na sessão do dia 13/10/2016, na diretriz do voto da Relatoria do Exmo. Ministro Renato de Lacerda Paiva, firmou o entendimento majoritário de que os adicionais não são acumuláveis, a teor do disposto no § 2º do artigo 193 da CLT, independentemente das causas de pedir. (TST-E-RR-1072.2011.5.02.0384). VII - Na hipótese dos autos, colhe-se do acórdão regional o registro da impossibilidade de cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade por expressa vedação legal. VIII - Desse modo, tendo o Tribunal Regional decidido em plena consonância com a atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, avulta a convicção de que o recurso de revista não desafiava processamento, quer à guisa de violação legal e/ou constitucional, quer a título de divergência pretoriana, a teor do artigo 896, § 7º, da CLT e da Súmula nº 333/TST. XII - Agravo de instrumento a que se nega provimento.<sup>18</sup>

Nesta decisão desfavorável o relator interpretou de forma expressa o artigo 193 § 2º de Consolidação das Leis do Trabalho, considerando impossível a

---

<sup>18</sup> BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. AIRR - 965-22.2013.5.04.0701, Relator Ministro: Antonio José de Barros Levenhagen, Data de Julgamento: 14/12/2016, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 19/12/2016.

cumulação dos adicionais de periculosidade e insalubridade, fundamentando sua decisão ainda no entendimento da SBDI-1 que reafirma a posição do relator.

Com todo o analisado no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho conclui-se que apesar de o entendimento majoritário ser desfavorável a cumulação, decisões favoráveis ainda ocorrem demonstrando claramente a necessidade de uma definição legislativa sobre o tema abordado.

## 5 CONCLUSÃO

Apesar de a possibilidade de cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade encontrar barreiras no entendimento majoritário da doutrina e jurisprudência principalmente devido ao entendimento restritivo do art. 193, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho, na qual o trabalhador deve escolher apenas um dos adicionais, a questão possui ampla relevância no direito do trabalho e também em relação a questão social, pois é diretamente ligada a um direito decorrente de situações, agentes ou substâncias que expõem diretamente a vida do trabalhador.

Uma vez que trata de um assunto de tamanha importância, a possibilidade da cumulação do adicional de insalubridade e o adicional de periculosidade este não deve seguir apenas uma interpretação restrita de Consolidação das Leis do Trabalho, mas sim de uma forma mais ampla na qual deve-se levar em consideração a interpretação da Constituição Federal juntamente a convenções e tratados internacionais que abordem o tema e ratificados pelo país.

Assim sendo a lei trabalhista deve ser interpretada de acordo com a Constituição Federal, alinhado com as normas de saúde segurança no meio ambiente de trabalho e cidadania, assegurando ao trabalhador que labora em ambientes ao mesmo tempo perigosos e insalubres o pagamento dos adicionais de forma cumulada.

Por mais que não seja o ideal a venda da saúde e “vida” do trabalhador uma vez que desestimula o empregador a buscar meios que visem a eliminação do risco e dos agentes insalubres, a monetização do risco é ao menos um meio de compensar o trabalhador que labora em condições duplamente tipificadas, amparada pela Constituição Federal e Convenções internacionais.

Por todo o exposto anteriormente, observa-se que, como o ordenamento jurídico desde a Constituição Federal, a Consolidação das Leis do trabalho se analisada de forma ampla os tratados e convenções internacionais ratificados pelo país como um todo se volta à proteção do trabalhador, a vedação contida especificamente no § 2 do artigo 193 da Consolidação das Leis do trabalho estaria em desconformidade com o sistema jurídico trabalhista, uma vez que esta busca acima de tudo, a efetivação dos direitos fundamentais.

Portanto, deve prevalecer o princípio da dignidade da pessoa humana, que se trata do direito do empregado ao trabalho com segurança, saúde e em um meio ambiente adequado.

No que tange a análise jurisprudencial no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e Tribunal Superior do Trabalho conclui-se que apesar de o entendimento majoritário ser desfavorável a cumulação, decisões favoráveis ainda ocorrem demonstrando claramente a necessidade de uma definição legislativa sobre o tema abordado.



## REFERÊNCIAS

BARBOSA Vinicius Gozdecki Quirino. **A cumulatividade dos adicionais de insalubridade e periculosidade com base no direito vivo**. Revista Constituição e Garantia dos Direitos. v. 9, nº 2, 19 jun. 2017.

BARROS. Alice Monteiro de. **Curso de direito do trabalho**. 9. ed. - São Paulo: Ltr, 2013.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Súmula nº 460 do STF**. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=460.NUME.%20NAO%20S.FLSV.&base=baseSumulas>. >. Acesso em 08/09/2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Reclamação 6.275 São Paulo STF**. Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=314119851&ext=.pdf> Acesso em 08/09/2018.

\_\_\_\_\_, Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. **Súmula nº 124 do TRT12**. Disponível em: [http://trtapl3.trt12.gov.br/cmdg/img\\_legis/2017/111352124.pdf](http://trtapl3.trt12.gov.br/cmdg/img_legis/2017/111352124.pdf). Acesso em 20/10/2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Súmula nº 135 do TRT12**. Disponível em: [http://trtapl3.trt12.gov.br/cmdg/img\\_legis/2018/062552135.pdf](http://trtapl3.trt12.gov.br/cmdg/img_legis/2018/062552135.pdf). Acesso em 20/10/2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Súmula nº 46 do TRT12**. Disponível em: [http://trtapl3.trt12.gov.br/cmdg/img\\_legis/2013/08261546.pdf](http://trtapl3.trt12.gov.br/cmdg/img_legis/2013/08261546.pdf). Acesso em 20/10/2018.

\_\_\_\_\_, Tribunal Superior do Trabalho. **Súmula nº 132 do TST**. Disponível em: < [http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_101\\_150.html#SUM-132](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_101_150.html#SUM-132). >. Acesso em 19/09/2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Súmula nº 139 do TST**. Disponível em: < [http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_101\\_150.html#SUM-139](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_101_150.html#SUM-139). >. Acesso em 19/09/2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Súmula nº 191 do TST**. Disponível em: < [http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_151\\_200.html#SUM-191](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_151_200.html#SUM-191). >. Acesso em 19/09/2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Súmula nº 228 do TST**. Disponível em: < [http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_201\\_250.html#SUM-228](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_201_250.html#SUM-228). >. Acesso em 09/08/2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Súmula nº 248 do TST**. Disponível em: < [http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_201\\_250.html#SUM-248](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_201_250.html#SUM-248). >. Acesso em 19/09/2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Súmula nº 289 do TST.** Disponível em: <  
[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_251\\_300.html#SUM-289](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_251_300.html#SUM-289). >. Acesso em 08/09/2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Súmula nº 293 do TST.** Disponível em: <  
[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_251\\_300.html#SUM-293](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_251_300.html#SUM-293). >. Acesso em 19/09/2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Súmula nº 361 do TST.** Disponível em: <  
[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_351\\_400.html#SUM-361](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_351_400.html#SUM-361). >. Acesso em 19/09/2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Súmula nº 364 do TST.** Disponível em: <  
[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_351\\_400.html#SUM-364](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_351_400.html#SUM-364). >. Acesso em 19/09/2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Súmula nº 39 do TST.** Disponível em: <  
[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_1\\_50.html#SUM-39](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_1_50.html#SUM-39). >. Acesso em 19/09/2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Súmula nº 448 do TST.** Disponível em: <  
[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_401\\_450.html#SUM-448](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_401_450.html#SUM-448). >. Acesso em 19/09/2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Súmula nº 47 do TST.** Disponível em: <  
[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_1\\_50.html#SUM-47](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_1_50.html#SUM-47). >. Acesso em 19/09/2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Súmula nº 70 do TST.** Disponível em: <  
[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_51\\_100.html#SUM-70](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_51_100.html#SUM-70). >. Acesso em 19/09/2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Súmula nº 80 do TST.** Disponível em: <  
[http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas\\_com\\_indice/Sumulas\\_Ind\\_51\\_100.html#SUM-80](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_51_100.html#SUM-80). >. Acesso em 19/09/2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. AIRR - 965-22.2013.5.04.0701 , Relator Ministro: Antonio José de Barros Levenhagen, Data de Julgamento: 14/12/2016, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 19/12/2016.

Disponível em:

<http://aplicacao5.tst.jus.br/consultaunificada2/inteiroTeor.do?action=printInteiroTeor&format=html&highlight=true&numeroFormatado=AIRR%20-%20965-22.2013.5.04.0701&base=acordao&rowid=AAANGhAA+AAAXMjAAM&dataPublicacao=19/12/2016&localPublicacao=DEJT&query=> . Acesso em: 16 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. RR - 674-28.2015.5.21.0006 , Relator Ministro: Lelio Bentes Corrêa, Data de Julgamento: 09/08/2017, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/08/2017.

Disponível em:

<http://aplicacao5.tst.jus.br/consultaunificada2/inteiroTeor.do?action=printInteiroTeor&format=html&highlight=true&numeroFormatado=RR%20-%20674-28.2015.5.21.0006&base=acordao&rowid=AAANGhAAFAABAW2AAO&dataPublicacao=14/08/2017&localPublicacao=DEJT&query=>. Acesso em: 16 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. ARR - 10257-60.2016.5.03.0052 , Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, Data de Julgamento: 05/12/2017, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 07/12/2017.

Disponível em:

<http://aplicacao5.tst.jus.br/consultaunificada2/inteiroTeor.do?action=printInteiroTeor&format=html&highlight=true&numeroFormatado=ARR%20-%2010257-60.2016.5.03.0052&base=acordao&rowid=AAANGhAAFAABBVBAAAD&dataPublicacao=07/12/2017&localPublicacao=DEJT&query=>. Acesso em: 16 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. ARR - 2944-40.2012.5.12.0019 , Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, Data de Julgamento: 11/10/2017, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 20/10/2017.

Disponível em:

<http://aplicacao5.tst.jus.br/consultaunificada2/inteiroTeor.do?action=printInteiroTeor&format=html&highlight=true&numeroFormatado=ARR%20-%202944-40.2012.5.12.0019&base=acordao&rowid=AAANGhABIAAAOhIAAL&dataPublicacao=20/10/2017&localPublicacao=DEJT&query=>. Acesso em: 16 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. AIRR - 11768-38.2015.5.15.0006 , Relatora Ministra: Maria de Assis Calsing, Data de Julgamento: 14/03/2018, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 16/03/2018.

Disponível em:

<http://aplicacao5.tst.jus.br/consultaunificada2/inteiroTeor.do?action=printInteiroTeor&format=html&highlight=true&numeroFormatado=AIRR%20-%2011768-38.2015.5.15.0006&base=acordao&rowid=AAANGhAAFAABAPdAAK&dataPublicacao=16/03/2018&localPublicacao=DEJT&query=>. Acesso em: 16 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. RR - 11019-89.2015.5.03.0156 , Relator Ministro: Douglas Alencar Rodrigues, Data de Julgamento: 06/12/2017, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/12/2017.

Disponível em:

<http://aplicacao5.tst.jus.br/consultaunificada2/inteiroTeor.do?action=printInteiroTeor&format=html&highlight=true&numeroFormatado=RR%20-%2011019-89.2015.5.03.0156&base=acordao&rowid=AAANGhABIAAAPjkAAK&dataPublicacao=15/12/2017&localPublicacao=DEJT&query=>. Acesso em: 16 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. RR - 4033-75.2012.5.12.0059 , Relator Ministro: Douglas Alencar Rodrigues, Data de Julgamento: 28/09/2016, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 07/10/2016.

Disponível em:

<http://aplicacao5.tst.jus.br/consultaunificada2/inteiroTeor.do?action=printInteiroTeor&format=html&highlight=true&numeroFormatado=RR%20-%204033-75.2012.5.12.0059&base=acordao&rowid=AAANGhAA+AAAPpIAAJ&dataPublicacao=07/10/2016&localPublicacao=DEJT&query=>. Acesso em: 16 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. RR - 11474-18.2014.5.15.0039 , Redatora Ministra: Kátia Magalhães Arruda, Data de Julgamento: 05/10/2016, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 21/10/2016.

Disponível em:

<http://aplicacao5.tst.jus.br/consultaunificada2/inteiroTeor.do?action=printInteiroTeor&format=html&highlight=true&numeroFormatado=RR%20-%2011474-18.2014.5.15.0039&base=acordao&rowid=AAANGhAA+AAAQifAAH&dataPublicacao=21/10/2016&localPublicacao=DEJT&query=>. Acesso em: 16 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. RR - 1660-46.2015.5.18.0141 , Relator Ministro: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 14/06/2017, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 23/06/2017.

Disponível em:

<http://aplicacao5.tst.jus.br/consultaunificada2/inteiroTeor.do?action=printInteiroTeor&format=html&highlight=true&numeroFormatado=RR%20-%201660-46.2015.5.18.0141&base=acordao&rowid=AAANGhAA+AAAThrAAF&dataPublicacao=23/06/2017&localPublicacao=DEJT&query=>. Acesso em: 16 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. RR - 21024-82.2014.5.04.0026 , Redator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 07/06/2017, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 03/07/2017.

Disponível em:

<http://aplicacao5.tst.jus.br/consultaunificada2/inteiroTeor.do?action=printInteiroTeor&format=html&highlight=true&numeroFormatado=RR%20-%2021024-82.2014.5.04.0026&base=acordao&rowid=AAANGhAA+AAAUQTAAL&dataPublicacao=03/07/2017&localPublicacao=DEJT&query=>. Acesso em: 16 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_. TRIBUNAL REGIONAL DA DECIMA SEGUNDA REGIÃO. RO - 0000573-09.2016.5.12.0005 , Rel. NARBAL ANTONIO DE MENDONCA FILETI , 1ª Câmara , Data de Assinatura: 06/06/2017.

Disponível em: [http://www.trt12.jus.br/busca/acordaos/acordao\\_hit?&q=id:3791507](http://www.trt12.jus.br/busca/acordaos/acordao_hit?&q=id:3791507). Acesso em: 16 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. RO - 0000317-76.2016.5.12.0034 , Rel. MIRNA ULIANO BERTOLDI , 6ª Câmara , Data de Assinatura: 25/08/2017.

Disponível em: [http://www.trt12.jus.br/busca/acordaos/acordao\\_hit?&q=id:4711273](http://www.trt12.jus.br/busca/acordaos/acordao_hit?&q=id:4711273). Acesso em: 16 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. RO - 0000949-67.2015.5.12.0057 , Rel. VIVIANE COLUCCI , 1ª Câmara , Data de Assinatura: 19/10/2016.

Disponível em: [http://www.trt12.jus.br/busca/acordaos/acordao\\_hit?&q=id:2799863](http://www.trt12.jus.br/busca/acordaos/acordao_hit?&q=id:2799863). Acesso em: 16 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. RO - 0000470-24.2016.5.12.0030 , Rel. NARBAL ANTONIO DE MENDONCA FILETI , 4ª Câmara , Data de Assinatura: 06/07/2018.

Disponível em: [http://www.trt12.jus.br/busca/acordaos/acordao\\_hit?&q=id:6350862](http://www.trt12.jus.br/busca/acordaos/acordao_hit?&q=id:6350862). Acesso em: 16 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. RO - 0000515-69.2017.5.12.0005 , Rel. ROBERTO LUIZ GUGLIELMETTO , 3ª Câmara , Data de Assinatura: 14/06/2018.  
Disponível em: [http://www.trt12.jus.br/busca/acordaos/acordao\\_hit?&q=id:7035034](http://www.trt12.jus.br/busca/acordaos/acordao_hit?&q=id:7035034).  
Acesso em: 16 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_. CLT (1942). **Consolidação das Leis do Trabalho**: Decreto-Lei, publicado em 09 de agosto de 1943.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1934.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1937.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1946.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.161, de 21 de outubro de 1966**. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 1943.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978. **Norma Regulamentadora nº 15**. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR15/NR-15.pdf>. Acesso em: 10/10/2018.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978. **Norma Regulamentadora nº 16**. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR16.pdf>. Acesso em: 10/10/2018.

BUCK, Regina Célia. **Cumulatividade dos adicionais de insalubridade e periculosidade**. 3.ed. - São Paulo: LTr, 2017.

CAIRO JR., José; **Curso de direito do trabalho**. 13. ed. rev. e atual. - Salvador: Ed. JusPodivm, 2017.

CAMISASSA, Mara Queiroga **Segurança e saúde no trabalho**: NRs 1 a 36 comentadas e descomplicadas. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método: 2015.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 13.ed. São Paulo: Ltr, 2016.

GOMES, Orlando. GOTTSCHALK. **Curso de Direito do Trabalho**. 18.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

LOPES, Zélia de Sousa. **Cumulação do pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade à luz de normas constitucionais e supralegais**. Revista Fórum Trabalhista – RFT, Belo Horizonte, ano 6, n. 26, jul. /set. 2017. Disponível em: <<http://www.bidforum.com.br/PDI0006.aspx?pdiCntd=248526>>. Acesso em: 03/11/2018.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. **Em defesa da ampliação da competência da justiça do trabalho**. Revista Ltr-Legislação do Trabalho. Ano 70. Editora LTR: Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.jorgesoutomaior.com/justiccedila-do-trabalho.html>. Acesso em: 03/11/2018.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 28.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. Promovendo o trabalho decente. **Convenção nº 148**. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_236121/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236121/lang--pt/index.htm). Acesso em: 01/11/2018.

\_\_\_\_\_. **Convenção nº 155**. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_236163/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236163/lang--pt/index.htm). Acesso em: 01/11/2018.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Manual de Direito do Trabalho**. 14. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Método, 2010.

PINTO, José Augusto Rodrigues. **Tratado de Direito Material do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2007.

SAAD, Eduardo Gabriel. **CLT Comentada**. 42. ed. São Paulo: LTr, 2009.

SARAIVA, Renato; SOUTO Rafael Tonassi **Direito do Trabalho** / Renato Saraiva. 18. Salvador: JusPODIVM, 2016.

SÜSSEKIND, Arnaldo et al. **Instituições de direito do trabalho**. v. 2. ed.20. São Paulo: LTr, 2002.

SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito Constitucional do Trabalho**. 4.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

TAMIOZZO Henrico César; MARTINS Fábio César. **A posição do TST e dos tribunais regionais do trabalho sobre cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade**. 2016. Disponível em:

<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/02q8agmu/x84421yj/rJmhXWhPI154Z93H.pdf>  
f. Acesso em: 05/11/18.

VIVEIROS, Luciano. **CLT comentada pela reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017)**. 9. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018.